
SESSÕES DO PLENÁRIO

25ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 05 de junho de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em comemoração ao 19 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, proposta pelos deputados Ivo de Assis e Eliedson Ferreira.

Convido para compor a Mesa o proponente desta sessão, meu querido amigo deputado Eliedson Ferreira; o Exmº Sr. Juiz da 1ª Vara da Infância e Juventude, Dr. Salomão Resedá, representando a presidente do Tribunal de Justiça, Drª Sílvia Zarif; o Exmº Sr. Deputado Federal Márcio Marinho; o Dr. Marcus Vinícius Almeida, representando um dos proponentes desta sessão, deputado Ivo de Assis; o meu querido querido amigo Walmir Mota, diretor da Fundac e ex-deputado estadual; o meu querido amigo secretário do Trabalho, Assistência Social e Direitos do Cidadão de Salvador, Dr. Antônio Brito. (Palmas)

Também convido a Exmª Srª Procuradora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude, Drª Lícia Maria de Oliveira; o Exmº Sr. Juiz Titular da 2ª Vara da Infância e Juventude, Dr. Nelson Santana do Amaral; o Exmº Sr. Promotor da Infância e Juventude do Estado da Bahia, Dr. Evandro Luís Santos de Jesus; o Sr. Waldemar Almeida de Oliveira, coordenador executivo do Cedeca; o Sr. Wellington Souza Reis, coordenador do Fórum Permanente dos Conselhos Tutelares do Estado da Bahia; o Sr. José Mendonça, vice-presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares da Bahia; a Srª Auristela Leal da Anunciação, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. (Palmas)

Ouviremos agora o Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao proponente desta sessão deputado Eliedson Ferreira.

O Sr. ELIEDSON FERREIRA:- Sr. Presidente da Assembleia Legislativa deputado Marcelo Nilo, Exmº Sr. Juiz da 1ª Vara da Infância e Juventude, Dr. Salomão Resedá, Exmº Deputado Federal Márcio Marinho, Sr. Marcus Vinícius Almeida Magalhães, representando o proponente da sessão deputado Ivo de Assis, Sr. Diretor da Fundac e ex-deputado estadual Walmir Mota, Exmº Sr. Secretário do Trabalho, Assistência Social e Direitos do Cidadão do Município de Salvador, Antônio Brito, Exmª Srª Procuradora da Justiça, coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude, Drª Lícia Maria de Oliveira, Exmº Sr. Juiz Titular

da 2ª Vara da Infância e Juventude, Dr. Nelson Santana do Amaral, Exmº Sr. Promotor da Infância e Juventude do Estado da Bahia, Dr. Evandro Luís de Jesus, Sr. Coordenador Executivo do Cedeca, Waldemar Almeida de Oliveira, Sr. Coordenador do Fórum Permanente dos Conselheiros Tutelares do Estado da Bahia, Wellington Souza Reis, Sr. Vice-Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares da Bahia, José Mendonça e Srª Auristela Leal da Anunciação, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, senhoras e senhores, é com muita alegria e satisfação que venho a esta tribuna para juntos comemorarmos os 19 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que se completarão no dia 13 de julho.

Há 19 que o menor era visto muitas vezes como trombadinha, delinquente, menor abandonado. Ele era visto como um objeto na sociedade e não como um sujeito que é.

O ECA trouxe dignidade para a criança, para o adolescente e trouxe a alegria a todos que aqui estão presentes, todos os que trabalham para garantir os direitos da criança e do adolescente, trouxe alegria para a sociedade. É bem verdade que há muito o que progredir em termos de conscientização, mas todos que aqui se fazem presentes são agentes ativos dessa conscientização, e por esse motivo, parabenizo a todos, as autoridades, que incansavelmente têm trabalhado para garantir que se cumpra o Estatuto da Criança e do Adolescente, a sociedade civil, as Igrejas, e aqui vejo representantes de todos os credos, mas de modo especial das igrejas evangélicas e em especialíssimo a minha igreja, a Igreja Universal do Reino de Deus, que através da Escolinha Bíblica Infantil faz um trabalho que nos traz alegria, orgulho de fazer parte dessa família. Vejo aqui a representante que tem comandado esse trabalho ao lado do seu esposo, que garante a essas crianças, desde o berço, o ensinamento, a orientação, o cuidado, e essas crianças vão crescendo e sabendo dos seus direitos e tendo a atenção que merecem. Temos aqui várias tias da escolinha, muitas delas também foram crianças que participaram das reuniões da escolinha e, hoje, estão orientando as crianças, os adolescentes no caminho do bem para se tornarem cidadãos e cidadãs que contribuam para o desenvolvimento da sociedade.

Todos estamos felizes e de parabéns, esta Casa Legislativa, que tem na pessoa do seu presidente, deputado Marcelo Nilo, um homem sempre disposto a reconhecer os valores daqueles que trabalham pelo bem da coletividade e tenho certeza de que cada orador que virá a esta tribuna contribuirá e muito para que esta data jamais seja esquecida e, a cada dia, se multipliquem as nossas conquistas.

Parabéns a todos e muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Ivo de Assis teve que ir ao exterior em uma missão parlamentar e me pediu para pedir desculpas. Ele indicou o Dr. Marcos Vinícius Almeida Magalhães para se pronunciar em seu nome.

Passarei a presidência ao deputado Eliedson Ferreira e voltarei no final desta sessão. Passo a palavra ao Sr. Marcos Vinícius e ao mesmo tempo a presidência ao deputado Eliedson Ferreira.

O Sr. MARCUS VINÍCIUS MAGALHÃES:- Bom-dia a todos, falo em nome do deputado Ivo de Assis, um dos proponentes desta sessão e que está numa missão

parlamentar, como já foi dito. Trabalho aqui na Assembleia Legislativa na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Turismo e, com o maior orgulho de ter isso no meu currículo, trabalhei para a Fundac, está aqui o seu presidente, Dr. Rômulo Malta, uma pessoa muito humana, muito especial e, por conta dessa experiência, ele me pediu que fizesse algumas considerações neste dia de homenagem ao ECA pela passagem dos seus 19 anos. Vou falar como é que surgiu o ECA.

Hoje está um dia bonito, o Plenário está cheio e eu que trabalho aqui até me emociono, estava conversando com o Cerimonial como é bonito, como é legal quando o Plenário fica assim cheio.

Quero dizer que o que o ECA traz de melhor é essa concepção de atendimento em rede na medida em que fala: vamos superar o modelo que tínhamos de garantia de direito, de atendimento à criança e ao adolescente, que existia, tanto no Código do Menor, de 1923, quanto no de 1979 e vamos elencar à criança e o adolescente numa condição muito especial de sujeitos de direito. Vamos deixar de tratar a criança e o adolescente como se fossem um vasinho de planta que se põe aqui, põe ali, ou o pai tem um problema com alcoolismo, com drogas, como vamos resolver? Tira ele da família, bota lá numa unidade como aquilo de que fui gerente por um tempo, e esse era o papel do estado nessa época, o de assistencialista, e penalizava muitas vezes a criança e o adolescente duplamente; ele, por um problema, às vezes de âmbito familiar, o estado não se preocupava em resolver a situação da família e tirava esse jovem do convívio familiar, internando-o privando-o de liberdade durante a fase da infância e muitas vezes até da adolescência e da juventude.

Como surge o ECA neste contexto? Principalmente depois da 2ª Guerra, o mundo começou a discutir de forma muito mais contundente essas questões relacionadas aos direitos humanos. Por quê? Existe a necessidade de se falar em direitos humanos? Sempre faço esta pergunta. Existe o direito do copo, o direito do cachorrinho, o direito da mesa, da cadeira, do carpete? Não, não existe, mas o mundo diante do horror do nazismo e do holocausto, e por conta de outras questões até anteriores, hoje podemos falar em dimensões e gerações de direitos, mas o mundo se viu perplexo diante de como a vida humana poderia não valer nada, e isso por conta daquelas ideias capitaneadas por quem todo mundo já ouviu falar, um cidadão chamado Adolfo Hitler. Ele dizia: “Eu só quero conviver com um tipo de raça”; a que ele chamou de ariana. Deveria ter determinado gene, uma genética muito específica, então, tinha que ser de pele branca, loiro, olhos claros, sem doença, com uma concepção ideológica clara, definida, que fosse seguir o que ele queria.

E o deputado Eliedson falou, hoje, sobre este momento que estamos tendo de democracia, de vários segmentos religiosos, políticos, de organizações da sociedade civil, como também de representações, de gestores estaduais.

E ouvimos falar, todo mundo sabe aqui do que estou falando, do que foi o horror do holocausto, o horror do nazismo. Naquele momento, o mundo se deu conta de que a vida humana poderia não valer absolutamente nada. E a lei dizia que o estado podia atuar dessa forma. Quem fosse, por exemplo, judeu, deficiente físico, portador de necessidades especiais, como se fala hoje em dia, o negro, o homossexual, não valiam nada para aquela sociedade que ele queria implantar.

Então, a gente se acostumou. Quem assistiu “A Lista de Schindler” “O Pianista”,

nesses filmes, vimos como funcionava isso em várias cenas, as pessoas com carrinhos de mão jogando corpos nas valas comuns. Então, o ser humano deixou de ter valor, passou a ser nada. No Brasil, a gente vivenciou esse momento, por exemplo, na época da escravidão.

Mas, enfim, só para abreviar, quando o mundo começou a discutir isso, realmente, falou assim: a gente precisa garantir direitos básicos, humanos, de dignidade da pessoa humana, o direito à vida precisa ser reafirmado, precisa ser redeclarado. Todo mundo sabe que tem direito à vida, mas este direito não é respeitado.

Há 60 anos, o mundo se organizou, as lideranças do mundo, através de um organismo chamado Organização das Nações Unidas, e criaram, estabeleceram, instituíram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, isso há 60 anos. Com esta Declaração, vários movimentos sociais começaram a se organizar e tivemos avanços em vários movimentos sociais: o movimento das mulheres, dos negros. Hoje em dia falamos até em movimento dos profissionais do sexo, movimentos avançados em defesa do meio ambiente, do patrimônio artístico e cultural, mas dentro deste contexto, há 20 anos, ou seja, 40 anos depois da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente, estou dizendo que mulheres, negros e judeus não eram respeitados, imagine crianças e adolescentes que eram coisas, trabalhavam mais de 12, 14, 20 horas, não tinham direito a nada, e há 20 anos os precursores do movimento para garantir os direitos humanos, num processo mundial, criaram a Convenção Internacional do Direitos da Criança e do Adolescente.

Quando eles pensaram: Quais direitos têm que ser garantidos à criança e ao adolescente? Pronto, vamos pensar em todos esses direitos e colocar num documento que vai ter validade supralegal, está acima de qualquer estado, ainda que este estado seja soberano. Pronto, este é o documento que precisa valer para toda criança, na Etiópia, no Brasil, no Timor-Leste, na Arábia Saudita, nos Estados Unidos não importa, num país de primeiro mundo, de terceiro mundo, subdesenvolvido, para todos estes direitos básicos têm que ser assegurados.

E nessa época, o Brasil ainda estava vivendo uma ditadura, e a gente sabe que foi um momento de grave violação de direitos.

Bem, o que foi que o constituinte brasileiro fez? Ele se aproveitou desse texto, gente, da Convenção Internacional de Direitos da Criança e do Adolescente e falou assim: olha, eu vou botar isso na Constituição Federal. Ele se antecipou à própria promulgação desse documento e Dr. Evandro, eu falei uma vez assim: o constituinte não tinha necessidade de dizer que é garantido. Olha o que diz a Constituição Federal: é dever da família, da sociedade, do Estado garantir à criança e ao adolescente os direitos à vida, à saúde, ao lazer, ao esporte, à profissionalização e tal, mas o constituinte diz assim: com absoluta prioridade. Sabe o que significa absoluta prioridade? O nome já está dizendo, prioridade em caráter absoluto. Se eu tenho um portador de necessidades especiais, um negro, uma mulher e uma criança, o idoso, todos eles são prioritários, mas, quem tem absoluta prioridade? A criança e o adolescente.

Então, se o Estado fala, por exemplo, que está em situação de contingenciamento de recurso e não vai dar para aprovar todos os projetos que estão na pauta para serem aprovados, aqui na Assembleia Legislativa, por exemplo, pode deixar de ser aprovado.

Vamos priorizar aqui, estrada Feira de Santana/Salvador, é só um exemplo, e a construção de um hospital para atender crianças? É isso que eu estou colocando, não é assim que funciona. Geralmente se leva em conta critérios econômicos, viabilidade econômica, o que gasta mais ou gasta menos, mas assim, prioridade em investimentos, é criança e adolescente. Por que eu falo isso? Por que isso não é respeitado? Não, existe um distanciamento muito grande entre o que diz o ECA, o marco legal, e a realidade.

Eu trabalhei numa unidade que há 12 anos trabalha com regime de superlotação, são quase 300 adolescentes internados e há mais de 12 anos ela não recebe recursos para ser reformada, e os adolescentes continuam lá, esse período todo, em condições sub-humanas. O ano passado, na gestão de Dr. Walmir Mota, foram instaladas camas, esses meninos dormiam no chão; é uma unidade com 30 anos, gente! O ECA a gente está comemorando aqui 19 anos, beleza, mas precisa realmente avançar muito nessa área de políticas públicas.

Mas o momento não é de estarmos falando de coisas ruins, é um momento de celebrar como essa rede tem-se ampliado, como têm sido feitos investimentos nessa área da criança e do adolescente. Agora bem, se absoluta prioridade, nós que estamos atuando nessa área, não nos esqueçamos de estar sempre, de forma até intransigente, lutando para garantir esses direitos, porque não é fácil atuar nessa área de direitos humanos, é muito difícil. Estou falando aqui com colegas de atuação, sabemos que é matar um leão por dia mesmo. Agora, que se pense sempre numa proposta democrática, participativa, superando as diferenças ideológicas.

Estou falando em nome de um deputado, por exemplo, que é o presidente da comissão na qual eu trabalho, que eventualmente discordamos ideologicamente, mas que é um exemplo de respeito, de profissionalismo na questão do trato das ideias. Aliás, a Assembleia Legislativa, para mim que estou aqui há pouco tempo, tem sido uma experiência prazerosa, na medida em que aqui as pessoas têm que se entender, o processo é esse mesmo, e trabalhar com sócio-educação na área de responsabilização juvenil não é botar justamente os adolescentes para se entender? Educar para o convívio social? Nós que não estamos em conflito com a lei, conviver em comunidade não é difícil? Imagine para um adolescente que ainda está na fase de adaptação, ele é um sujeito em condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Mas, era só para dizer pra vocês que a constituição trouxe isso da convenção, e o que o ECA fez, se ele veio logo em seguida, a constituição é de 1988 e o ECA veio em 1990, dois anos depois? O ECA instrumentaliza o que a constituição diz de forma programática, geral, abstrata, em um artigo apenas, aí vem o ECA com mais de duzentos artigos e diz tudo aquilo, Marcos, que está na lá constituição: é dever da família, da sociedade, do Estado garantir à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, os direitos a: tal, tal, tal, bem como colocá-los a salvo de toda forma de opressão, negligência, exploração.

O ECA diz como você faz isso, porque é muito bonitinho na Constituição Federal dizer que garante. Como é que você faz? Pronto, através, na área de proteção dos conselheiros tutelares e também de nós todos que somos família e sociedade e do Estado, na medida em que passa a obrigar o Estado a implantar e efetivar tudo isso que está na Constituição Federal. E na área de responsabilização, os adolescentes que estão em conflito com a lei, o ECA diz: como é que eu vou responsabilizar esses

adolescentes? É castigo corporal? É prisão? Não, clama. Existe um procedimento específico que se discute até se medida sócio-educativa é pena ou não é, não vamos discutir isso agora, porque não cabe, é falar bem do ECA, defender esse instrumento. Mas dizer que não há motivo para quem defende a redução da maioria continuar com esse discurso, porque o ECA apresenta uma proposta de responsabilização séria, coerente, inclusive submetendo esse jovem a um processo judicial; aqui nós temos juiz da Vara da Infância e da Juventude, Dr. Nelson, brilhante, um nível técnico excelente, a Bahia, graças a Deus, nesse aspecto eu sempre falo que é um privilégio mesmo conviver aqui pelo nível técnico dos operadores do Direito aqui.

Mas, mais do que isso, essa responsabilização tem que ser feita de uma forma que garanta direitos. Então, interagindo, a gente garantindo essa articulação da rede que Dr. Evandro vai falar sobre isso com vocês, garantindo a articulação de rede, garantindo direitos, sem necessidade, às vezes, de estarem as ONG's ou trabalhos assistencialistas garantindo que tem que ser obrigação do Estado, com certeza a gente vai conviver com uma sociedade mais tranquila.

Porque hoje defender a redução da maioria não tem sentido, primeiro porque não se garante o direito desses adolescentes-, só para finalizar- segundo, o percentual de adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas é mínimo, eles são muito mais vítimas de um sistema; eu falo de 80%, quando eu falo de vítimas falo de menos de 5%, quando eu falo de adolescentes autor de ato infracional, e o sistema penitenciário eu estou com déficit de 4 mil vagas, eu só tenho 2 mil no sistema penitenciário, 4 mil cumprindo fora, não tem como pegar mais gente para colocar nesse sistema.

Obrigado a todos, palmas para o ECA que é quem merece os nossos aplausos. Deixo um abraço do deputado Ivo de Assis para vocês todos e a Janderson e Suzy, agradecendo pela organização do evento. (Palmas)

(Sem revisão do orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Elidedson Ferreira):- Convido a Exm^a Sr^a Laura Maria de Argôlo Campos, delegada titular da Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Contra a Criança e Adolescente e representante do delegado-Geral da Polícia Civil, Dr. Joselito Bispo para ocupar a Mesa e nos dar essa honra de tê-la aqui ao nosso lado. (Palmas)

O Cerimonial está me orientando para que nós organizemos o tempo. Vamos conceder até 10 minutos para cada inscrito. Pedimos a compreensão, já que nós temos uma lista extensa de oradores, para aqueles que puderem falar em menos de 10 minutos, eu acredito que contribuirá para que nós todos não fiquemos aqui até tarde.

Concedo a palavra e convido o deputado federal Márcio Marinho para se pronunciar sobre a importância dos Conselheiros Tutelares.

Quero aproveitar para louvar aqui e reconhecer o trabalho importantíssimo, indispensável dos Conselheiros Tutelares e parabenizá-los pela presença aqui e pelo trabalho que todos vocês têm empreendido. (Palmas)

O Sr. MÁRCIO MARINHO:- Bom-dia a todos e todas.

Exm^o Sr. Presidente da Assembleia, deputado Marcelo Nilo, que agora já passou a presidência para o deputado Elidedson Ferreira; Exm^o Sr. Deputado Elidedson Ferreira, proponente da sessão, juntamente com o deputado Ivo de Assis; Exm^o Sr. Juiz da 1^a Vara da Infância e Juventude, Dr. Salomão Resedá, representante da presidente do

Tribunal de Justiça, Dr^a Silvia Zarif; Sr. Dr. Marcus Vinícius Almeida Magalhães, representando o proponente da sessão, deputado Ivo de Assis; Sr. Diretor da Fundac, ex-deputado estadual, meu amigo, deputado Walmir Mota; Exm^o Sr. Secretário do Trabalho e Assistente Social de Direitos do Cidadão do município de Salvador, Antônio Brito, meu amigo também; Exm^a Sr^a Procuradora de Justiça, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude, Dr^a Lícia Maria de Oliveira; Exm^o Sr. Juiz Titular da 2^a Vara da Infância e Juventude, Dr. Nelson Santana do Amaral; Exm^o Sr. Promotor da Infância e Juventude do Estado da Bahia, Dr. Evandro Luiz Santos de Jesus; Sr. Coordenador Executivo do Cedeca, Valdemar Almeida de Oliveira; Sr. Coordenador do Fórum Permanente dos Conselheiros Tutelares do Estado da Bahia, Wellington Souza Reis; Sr. Vice-Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares da Bahia, José Mendonça; Sr^a Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, Auristela Leal da Anunciação.

Senhoras e senhores aqui presentes, quero dizer que, para mim, é uma honra muito grande participar deste grande evento proposto pelo deputado Ivo de Assis, que, com sua sensibilidade, que lhe é peculiar – como, também, o deputado Eliedson Ferreira –, traz hoje a esta Casa representantes da sociedade civil, os conselheiros tutelares, amigos que a cada dia lutam e trabalham para que aqueles que serão o futuro do nosso País tenham, realmente, os seus direitos assegurados: a criança e o adolescente.

Eu, ainda que sendo um pouco redundante, quero parabenizar o discurso do deputado Eliedson quando falou de uma... Não discriminando alguém, porque aqui temos representantes de todos os segmentos religiosos, mas destacando aquilo que conheço profundamente, que é o trabalho da Tia Jane – gostaria de que Tia Jane ficasse de pé um pouquinho (Palmas) –, que faz um grande trabalho, na Igreja Universal do Reino de Deus, com a criança e o adolescente.

(Lê) *“O Estatuto da Criança e do Adolescente representa para nós, brasileiros, um avanço significativo e, porque não dizer, extraordinário e decisivo para as gerações futuras.*

O ECA, ainda que não colocado em prática na sua integralidade em muitos dos recantos do nosso imenso País, reluz como a saída para muitos dos dramas que crianças e adolescentes brasileiros vivem em seu cotidiano.

Excelentíssimos senhores, a obrigatoriedade da criação dos conselhos tutelares, conforme preconiza o Estatuto, é, sem sombra de dúvida, um dos pontos extremamente significativos desse documento histórico pelo que traz de concreto à luta contra os abusos e o abandono às nossas crianças.

A importância dos conselhos tutelares, materializada na pessoa de cada conselheiro, é algo de importância ímpar, visto que estes, senhoras e senhores, são, na verdade, imbuídos do dever de verdadeiros 'anjos da guarda' das crianças e adolescentes em situação de risco.

Aos conselheiros tutelares cabe agirem concretamente toda vez que tiverem notícia de violação ou ameaça de violação aos direitos da criança.

Esse 'agir concretamente' significa lidar diretamente com as crianças, adolescentes e suas famílias.

Fazer averiguações, comparecer ao local dos fatos, fiscalizar entidades e

programas, requisitar atendimento em serviços públicos, enfim, tomar providências concretas para fazer cessar a violação ou ameaça de violação dos direitos consagrados no Estatuto.

O conselho tutelar é dotado de poderes de requisição e imposição das medidas previstas no ECA, o que significa, dentre outras prerrogativas, atuar com status de verdadeira autoridade pública junto à população.”

Vejam o grau de responsabilidade que cada conselheiro tem.

(Lê) “Isto, senhoras e senhores, traduz o que representa para a sociedade e, principalmente, para crianças e adolescentes em situação de risco a existência dos conselheiros tutelares.

Muito me honra o fato de ter no Estado da Bahia pessoas tão dedicadas a esse honroso trabalho, e levanto a voz, meus caros conselheiros, nessa luta justa que os senhores já encamparam: o direito a uma remuneração justa.”

Eu peço uma salva de palmas para todos os conselheiros.

(Lê) “A Bahia possui 317 conselhos tutelares criados e instalados, e Salvador ocupa uma das piores posições no que se refere à remuneração.”

Vários conselheiros têm-nos procurado, principalmente em Salvador, preocupados com isso, com a remuneração, diante do trabalho que é feito.

(Lê) “A Bahia paga o menor salário aos conselheiros tutelares dentre os vários Estados do País.

Enquanto a Bahia registra salários de R\$ 840,00 pagos aos nossos conselheiros, Porto Alegre já alcançou a marca de R\$ 3.300,00.

Em Curitiba, os conselheiros...”

(O Plenário se manifesta.)

O Sr. MÁRCIO MARINHO:- É menos? É um salário mínimo, ok. É justa essa cobrança de vocês. Acreditamos que através desta sessão que está sendo televisionada pela *TV Assembleia* aqueles que ainda não têm tratado vocês com a dignidade que merecem pelo tamanho e a responsabilidade do trabalho que vocês praticam, certamente, colocarão isso na mesa para debater e aumentar o salário de vocês. (Palmas)

(Lê) “Em Curitiba, os conselheiros recebem salários de 2 mil 224 reais, em Alagoas, estado pequeno, são dois mil e 200 reais e em Manaus, um mil, e 900.

Como podem ver senhoras e senhores, a Bahia precisa, urgentemente, erguer a voz, reverter esse cenário, e valorizar o trabalho dos conselheiros tutelares.”

Eu estava dando entrevista e falava, senhoras e senhores que ocupam essa Mesa, que tudo acontece no bairro onde está instalado o Conselho Tutelar. A mídia, às vezes, cai em cima dos conselheiros tutelares porque acontece uma demanda, uma denúncia. E, às vezes, falta ao Conselho Tutelar a condição estrutural para poder atender a sociedade. (Palmas) E vejo isso na Câmara Federal - em Brasília, amigo Brito, faço parte de uma Comissão Especial que trata das questões dos conselheiros tutelares. E temos lutado para que esse negócio de mandato venha terminar. Vejam, quando o conselheiro tutelar já tem uma experiência - não é verdade? - tem que ir para a rua. (Palmas) Não é que eu não queira dizer que as pessoas não têm que ter espaço. Tem que permanecer a eleição? Sim, tem que permanecer a eleição, mas essa questão de ter só 2 mandatos está na hora de acabar. (Palmas)

Mas para concluir, já estão me dizendo que o meu tempo já se exauriu, vou terminar.

(O Plenário se manifesta.)

Vocês gostam, não é?

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Fique à vontade, deputado. Pode concluir o seu raciocínio.

O Sr. MÁRCIO MARINHO:- (Lê) *“Não podemos calar as injustiças. O reconhecimento profissional passa necessariamente pela questão salarial.”*

Quem não gosta de trabalhar sabendo que terá condições de no final do mês pagar suas contas? Não é verdade,

(Lê) *“É uma realidade dura para aqueles que, por dever de cargo, e abnegação, têm dedicação exclusiva à atividade que desempenham.*

Temos algo a comemorar hoje?

Sim temos.

Temos a comemorar a disposição de luta dos senhores, que é nossa também pelo valor que incorpora.

Temos a comemorar a disposição de luta em fazer cumprir o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente na sua integralidade, o que, infelizmente, ainda não aconteceu.

Temos a comemorar as vitórias, porque elas nos alimentam e reacendem a chama da esperança e da fé.

Esperança de que causas tão grandes e tão importantes como a segurança e bem estar das nossas crianças e jovens não podem ser menosprezadas nem diminuídas no seu valor.

Fé.

A fé que nos trouxe até aqui é a mesma fé que nos levará a realizações ainda maiores para que, a cada dia possamos ter a certeza que mais crianças foram salvas da violência, nas suas mais variadas versões, e do abandono físico e emocional.

Senhoras e Senhores Conselheiros, parabéns pelo valoroso trabalho que desempenham para o conjunto da sociedade e para cada um de nós, que individualmente, os abraçamos e parabenizamos pela excelência do seu trabalho.

Os senhores, a despeito da precariedade de recursos, que sabemos existir, trabalham incansavelmente pelo bem estar dessa parcela tão frágil da nossa sociedade: as nossas crianças.”

Quero aqui agradecer a todos pela paciência de me ouvir e a Deus por estarmos aqui nesta manhã, também ao deputado Ivo de Assis, homem sensível principalmente com as causas sociais, ao deputado Eliedson Ferreira que hoje nos deu a condição de estarmos aqui debatendo esse tema que é a questão do salário e também parabenizando pelo 19º aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Convido para estar ao nosso lado, aqui na mesa, dando-nos a honra de sua presença, o deputado Yulo Oiticica, uma voz ativa, sempre presente e reconhecida pela sociedade baiana na defesa da criança e do

adolescente.

Com a palavra a Dr^a Lícia Maria de Oliveira, Procuradora de Justiça, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude, que fará considerações sobre a implantação dos conselhos tutelares no Estado da Bahia. V.S^a tem até 10 minutos, mas fique à vontade.

A Sr^a LÍCIA MARIA DE OLIVEIRA:- Bom-dia a todos, eu quero cumprimentar a Mesa, em nome dos deputados Ivo de Assis, que foi o proponente desta sessão, e o atual presidente da sessão, deputado estadual Eliedson Ferreira, saúdo em nome deles e em nome do presidente e todos os integrantes da Mesa.

Depois da fala de Márcio, eu me sinto bem mais à vontade porque Márcio, na verdade, deu uma aula para todos em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Eu gostaria de posicionar algumas palavras que considero palavras-chave, para que os senhores possam refletir um pouco a respeito de cada uma dessas palavras: criança e adolescente, direitos fundamentais, garantia de direitos, Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, proteção integral, prioridade absoluta. Em relação a todas essas palavras, o meu antecessor Márcio, bem como o deputado, fizeram referência. Mas em relação à prioridade absoluta, eu queria destacar que a gente, efetivamente, só pode trabalhar com direitos da criança e do adolescente que estão preconizados na Constituição Federal e estão ratificados no Estatuto da Criança e do Adolescente, se efetivamente essa prioridade absoluta estiver com a destinação privilegiada de recursos para essa área relacionada à criança e ao adolescente.

Então, sem a destinação de recursos para que as políticas possam ser trabalhadas, para que os programas possam ser apresentados à nossa sociedade, ao público infanto-juvenil, a gente não consegue avançar. Como ficou colocado, nós vamos continuar com os direitos, apesar dos avanços que temos conseguido, mas os direitos na sua grande maioria, na nossa Constituição, no nosso Estatuto da Criança e do Adolescente, aguardamos, efetivamente, que esses direitos possam vir na prática beneficiar e atender a questão das crianças e dos adolescentes que estão sendo violentados a cada dia.

Quero fazer uma ressalva, antes mesmo de entrar nessa questão dos conselhos tutelares e ação do Ministério Público, quanto ao número de crianças e adolescentes que temos no Estado da Bahia e que são vítimas de violência sexual infanto-juvenil. Então, temos um acordo de cooperação que foi firmado com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República no ano de 2004. E em 2005 recebemos, aqui no Estado, 225 denúncias afetas à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Começamos a desenvolver campanhas com o cunho de sensibilizar e conscientizar a sociedade para que cada vez mais ela possa denunciar este tipo de violência contra as nossas crianças e os nossos adolescentes que a cada dia são mais violentados em idades mais tenras. São muitas vezes crianças recém-nascidas que estão sendo violentadas e abusadas. E precisamos efetivamente dar uma resposta a este problema muito sério que nos aflige bastante.

Portanto, o Ministério Público vem desenvolvendo campanhas. E tivemos em 2008, para que os senhores possam lembrar qual é a nossa campanha, a parceria com a cantora Claudia Leite. Agora, em 2009, buscamos parcerias com artistas como Bel Marques, Durval Lelis e Margareth Menezes. Tivemos assim uma parceria muito forte da mídia e de todos os órgãos, como a CLN através do pedagogo. Fizemos a confecção

de 200 mil folhetos que foram distribuídos.

Esta campanha está sendo interiorizada. Os colegas, em todos os municípios, estão trabalhando também na busca de fazer uma divulgação maior do *Disque Denúncia Nacional 100* para que estejamos, através deste canal, buscando efetivamente a proteção dessas crianças vítimas de violência sexual e igualmente a responsabilização dos agressores.

Para que os senhores possam ter conhecimento, tivemos assim um aumento considerável no número de denúncias de 2005 até 2008. Foram 632% de aumento no Estado da Bahia. Nós saímos de 225 para 1.646 denúncias no ano passado. E até ontem já estávamos aqui em Salvador com 313. Em toda a Bahia são 771 denúncias só de violência sexual contra as nossas crianças e os nossos adolescentes.

A gente precisa então - disso eu tenho certeza, será a fala de Dr. Valdemar -, para eu não me estender muito, passar esta ação, esses números que nós temos, esses bancos de dados que o Ministério Público tem, o serviço de monitoramento que será feito dessas denúncias através dos Ministérios Públicos estaduais para que aquele que denuncia, que está preocupado com esta questão, possa acompanhar o que está sendo feito, por exemplo, com o agressor. Este foi efetivamente responsabilizado? Porque até hoje fica aquele questionamento: adiantou eu denunciar? O que foi feito? Então, a partir de um sistema implantado agora em todos os Ministérios Públicos estaduais, a gente poderá acompanhar e dar esta resposta à sociedade.

Agora, passando efetivamente para a questão dos conselhos tutelares, devo colocar que há uma outra ocupação do Ministério Público. Nós inserimos em nosso planejamento estratégico como meta institucional, o que já é do conhecimento da grande maioria que aqui se encontra, a instalação desses órgãos. Por quê? Porque como meta consideramos que o conselho tutelar é órgão essencial, é o primeiro órgão que efetivamente atua para a operacionalização do Estatuto da Criança e do Adolescente.

E nos surpreendemos quando, em 2003, obtivemos do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente a informação de que este Estado... É uma situação vergonhosa: apesar de seus 417 municípios - quero até consertar a fala do deputado Eliedson -, naquele ano possuíamos na Bahia apenas 71 conselhos tutelares. Isso é uma verdadeira vergonha para a nossa terra!

Quando eu participava de reuniões em nível nacional, só faltava abrir um buraco e me enterrar de vergonha, pois sentia muito a Bahia com 417 municípios só possuir 71 com conselhos tutelares. E a nossa preocupação foi tamanha que inserimos no planejamento estratégico do Ministério Público, como meta institucional, a implantação desses órgãos. A partir daí, os colegas começaram articulando e mobilizando tanto a comunidade como o poder público local. E fomos avançando a cada ano, a ponto de alcançarmos a nossa meta, viu, deputado Eliedson? Então, nós realmente a alcançamos. E no ano passado conseguimos fechar todos os 417 municípios baianos com Conselhos Tutelares. (Palmas!)

Então, a nossa realidade hoje é esta. Inclusive, nós passamos à frente de muitos Estados porque demonstramos que temos compromisso, queremos que os direitos da criança e do adolescente saiam do papel, e que essas crianças e esses adolescentes possam ser efetivamente protegidos, através daqueles que têm obrigação em relação a isso.

Os senhores devem estar se perguntando se será suficiente a criação e instalação desses Conselhos Tutelares. Não é suficiente somente a criação, mas é um grande passo, é um grande avanço, se considerarmos que o Conselho Tutelar é o principal órgão. No que diz respeito à proteção dos direitos e de criança e dos adolescente, precisamos desses órgãos estruturados.

Queremos os Conselhos Tutelares em condições de trabalho. Os Conselhos Tutelares precisam de condições mínimas para trabalho, eles precisam dar a resposta que eles têm que dar à sociedade, e afinal de contas, eles representam a sociedade, é o espaço legítimo da sociedade para proteger a criança e o adolescente.

Já inserimos no nosso planejamento estratégico deste ano, como meta institucional, a estruturação de todos os Conselhos Tutelares do Estado da Bahia.

O que significa essa estruturação? Eu busquei primeiro conhecer a nossa realidade em nível de Estado, e os colegas têm me respondido.

Inclusive, eu quero solicitar essas informações àqueles conselheiros que estão aqui, se por acaso não tenham sido consultados pelo promotor de justiça. Podem fazer isso, inclusive utilizando meu nome, para que possamos ter o conhecimento.

Então, para esse diagnóstico, estamos formatando o banco de dados, os senhores pasmem, de 240 respostas que tenho hoje, através dos colegas de diversos municípios, apenas 40 Conselhos Tutelares do Estado da Bahia estão estruturados.

Não podemos conviver, continuar com esse descaso do poder público municipal, que tem obrigação de dar condições de trabalho aos conselheiros tutelares.

Os Conselhos Tutelares precisam de um espaço físico para trabalho, de um veículo para fazer a condução das crianças e os atendimentos, de computador, fax, telefone, e precisam do pessoal de apoio. Eu gostaria, com isto, de dizer que o Ministério Público está abraçando essa causa, reconhece a importância do Conselho Tutelar e outras ações também.

Infelizmente, o meu tempo já acabou e não tenho mais condições de falar. Mas, precisamos buscar, antes de tudo, o fortalecimento dos Conselhos Tutelares, não tenho a menor dúvida em relação a isto.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira) - Registro a presença do vereador Edilson Ferreira, vice-presidente da Câmara de Vereadores de Lauro de Freitas e um grande combatente para a garantia dos direitos da criança e do adolescente no município; Gilca Carreira, diretora da Centro de Atendimento Sócio-Educativo, CASE.

Também quero registrar a presença dos Conselhos Tutelares de vários municípios: Governador Mangabeira, Salvador, Amélia Rodrigues, Pojuca, Teodoro Sampaio, Pedrão, Macajuba, Pé de Serra, Pau Brasil, Camaçari, Várzea Nova, Caém, Aiquara, Jussari, Poções, Paratinga, Itagi, Canavieiras, Licínio de Almeida, Itamaraju, Valença, Serrolândia, Jacobina, Santa Cruz Cabralia, Caetité, Gavião, Santa Inês, Cruz das Almas, João Dourado, Itagibá, Terra Nova, Ubaitaba, Itamari, Santanópolis, Rio do Antônio, Ibicaraí, Palmas do Monte Alto, Irecê, Pojuca, Morro do Chapéu, Esplanada, Catu, Canarana, Lajedo do Tabocal, Tanquinho, Dário Meira, Mascote e Nova Fátima.

Parabéns a todos vocês pela presença! (Muitas palmas)

Lauro de Freitas, creio que havia dito, não? Então desculpem-me, Lauro de Freitas. Registro a presença da Ordem Brasileira Juiz de Paz, Juiz Arbitral, Igreja Missionária, Associação Meninos de Ouro, Colégio Professora Gabriela de Sá Pereira, Associação de Pais e Mestres da Escola-Creche de Santo Expedito, Biblioteca Comunitária do Calabar, Associação Beneficente dos Evangélicos de Salvador, Associação de Moradores da Vila São Francisco, Igreja Universal do Reino de Deus, EBI, alunos do Colégio Edvaldo Brandão, todos nos trazendo muita alegria com suas presenças.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Concedo a palavra ao deputado Yulo Oiticica, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. YULO OITICICA:- Bom-dia a todos e a todas!

Quero saudar a Mesa na pessoa de meu amigo deputado Eliedson Ferreira, homem fiel ao evangelho e temente a Deus, que tem sido um parceiro importantíssimo na atuação da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, que é uma referência para a Bahia e até para fora dela, porque tem uma dimensão que vai muito além de um partido e assume, verdadeiramente, o papel do Parlamento baiano na defesa dos direitos humanos. Portanto, deputado Eliedson, essa é uma importante iniciativa e, por isso, parabenizo-o, e assim estou parabenizando toda essa Mesa, que, confesso, me dá um prazer imenso olhar.

Quem está aqui, hoje, pode ter a certeza de que, se, no passado, muitos de nós lamentávamos, Valdemar, a pouca agenda da luta dos direitos humanos na perspectiva da efetivação do direito real e da cidadania real, hoje a comemoramos, Brito, todo o tempo, e aí, você, até pelo DNA, é inevitável!

Dizia que, ontem, em Porto Alegre, conhecendo um programa importante de política pública e de juventude, que está vindo para a Bahia, ouvia elogios de seu pai, vice-prefeito de nossa capital, um homem tão importante para a academia, para o movimento social e, hoje, para a gestão da nossa capital, Salvador.

Mas digo, com muita felicidade, que, hoje, podemos fazer este grande debate dessa forma, Marcos, repito, dessa forma, ou seja, sem véus, sem medos e com muita verdade, muita transparência, enfrentando até os desafios de forma muito tranquila, pois um desafio não pode nos apavorar e conjuntura, por mais dura e difícil que seja, não deve nos apavorar.

É verdade que, na luta dos direitos humanos, às vezes somos pegados pelos extremos: às vezes, há o entusiasmo exagerado e, às vezes, o desespero. É importante, como lembra o poeta, que o meio termo seja a marca de nossa ação e que até a indignação, que, muitas vezes, toma conta de nós, seja consequente, e, Salomão, seja a expressão de sua ação na defesa das crianças. Quando você não tolera que um jovem que vem de um outro continente de forma clandestina para o nosso Estado e para a nossa cidade..., você, com a sensibilidade que lhe é peculiar, não o tem como mais um na estatística dos cidadãos homens e crianças que fogem de seu país buscando a possibilidade de uma outra vida, mas como uma pessoa única, como o é, em busca do sonho.

É muito bom ter a possibilidade de fazer, nas instâncias que fortalecem cada vez mais a democracia brasileira, com que as nossas crianças sonhem jogar futebol, ter uma profissão digna, ser bons pais de família, boas mães de família, bons profissionais para,

amanhã, sem dúvida, estar ocupando também esta Mesa e esta plenária importantes que estão aqui.

Dr^a Lícia, é inevitável citar a importância do Ministério Público neste processo. Ele é o fiscalizador da lei, deve fazer que ela aconteça, agir quando ela não é a realidade no meio de nós e sempre ser acionado. E nesta ação que garantiu a possibilidade, hoje, de todos os municípios da Bahia terem conselho tutelar, é importante dizer que a ação do Ministério Público e do Poder Judiciário baiano foi provocada por si mesma. Isso é importante dizer porque num País de apenas 500 anos e de uma democracia tão recente, o pulsar dessa musculatura é fundamental para o novo tempo. É fundamental para a cidadania real.

Em 1888 tantos brasileiros e brasileiras ainda tinham que trabalhar em baixo do sol sem salário. Era um direito adquirido na lei possuir uma outra pessoa. Estou falando de pouco mais de 100 anos!

Então o Brasil é um País muito novo. A nossa democracia representativa é importantíssima, mas precisamos de muito mais. Precisamos desta democracia substantiva que vemos, agora, com militantes dos direitos humanos – delegados, agentes da sociedade civil, etc. – se espalhando por todos os cantos. E os Conselhos Tutelares são fundamentais, tendo em vista que nem mesmo nós, Eliedson, temos o poder de adentrar a casa de ninguém. Já o conselheiro tem.

Portanto, é um poder fundamental nesse processo de garantia de direitos das nossas crianças. Por isso, é imprescindível que eles sejam, de fato, equipados e que a sociedade participe acompanhando aqueles que ela elegeu. Ou seja, participe efetivamente da eleição e também acompanhe o processo.

É preciso que essa cultura surja de forma imediata no nosso País. É necessário acompanhar tanto o deputado e o vereador que elegemos quanto o conselheiro que também elegemos. Por quê? Não é para fiscalizar somente quando eles, de repente, cometem um deslize. É essencial que se ajude a estruturar esses conselhos, que se procure saber se eles precisam de ajuda. Ora, se eles têm um problema, a sociedade também tem um problema.

É exatamente por isso, Eliedson, que farei, diante deste desafio que é o Orçamento, uma proposta concreta aqui. Devo até lembrar que quando discutimos esse tema, a Dr^a Lícia sempre participa e constantemente falamos: “Quer falar sério, então vamos falar de Orçamento, senão não há muita seriedade?” Definir recursos é, exatamente, a definição de prioridade. Não basta falar.

É lamentável, Waldemar, que muitas vezes o Cedeca tenha dificuldade estrutural e financeira. Não me canso de fazer reverência a esse companheiro, que costumamos chamar de Vavá, que faz parte da vanguarda do direito das crianças e da luta dos direitos humanos em nossa cidade, em nosso Estado, em nosso País, até porque, muitas vezes, essa entidade fica sem estrutura financeira para tocar o seu importante trabalho.

É exatamente nesse sentido, Eliedson, aproveitando este novo momento do governo Jaques Wagner, que quero fazer uma proposta que envolva tanto os deputados do governo quanto os da Oposição. Nem é preciso dizer que um não tem mais dificuldade do que o outro. O deputado Eliedson, por exemplo, é um oposicionista que faz um trabalho importante. Sem dúvida, a Oposição tem uma importância fundamental na democracia para fazer com que o governo faça melhor. E o deputado Eliedson,

reitero, faz isso.

Sou Vice-Líder do governo nesta Assembleia, e neste momento temos a possibilidade de discutir emendas parlamentares, procedimento que já é uma realidade no Congresso Federal, mas não era aqui.

Então vou fazer uma proposta concreta: que nós – eu, V.Ex^a e o deputado Ivo de Assis – façamos, a partir de amanhã, uma indicação coletiva dos 63 deputados pedindo ao governador do Estado que designe, nas nossas emendas, um projeto destinando R\$ 1 milhão ao Cedeca; e que 50% desse recurso, ou seja, R\$ 500 mil, sejam reservados para ajudar a estruturar os Conselhos Tutelares do Estado da Bahia.

Portanto, a partir de amanhã vamos fazer esse documento (palmas) e vamos colher as assinaturas dos 63 deputados. E depois entregaremos pessoalmente ao governador Jaques Wagner solicitando que seja designado esse valor tão importante neste momento para potencializar essa ação. O mínimo que esta Casa pode fazer é respeitá-los e e buscar garantir a estrutura necessária para o trabalho de vocês. E essa estrutura não pode ser mínima; tem de ser máxima, já que a juventude e as nossas crianças são prioridade.

Parabéns à nova democracia brasileira, porque ela foi capaz de construir o Estatuto da Criança e do Adolescente, que é a lei mais copiada do mundo. É importante, Paulo Bezerra, registrar que essa lei foi construída não somente pelos nossos parlamentares por nossas parlamentares, mas pela sociedade civil organizada, que foi, sem dúvida, fundamental no processo de construção dessa Lei. O mundo reverencia o Brasil ao copiar a lei que reproduz para todos os cantos como respeitar as nossas crianças.

Para fazer com que as letras frias do papel passem a ser a vida das nossas crianças é preciso, sem dúvida, haver uma ação coletiva, e sobretudo isso aqui que é a construção da unidade nessa riquíssima diversidade que é o povo de Deus, que é o povo que não abre mão da luta por direitos humanos. Parabéns a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Elieidson Ferreira):- O deputado Yulo trouxe uma grande contribuição para o nosso encontro com essa proposta. A partir de agora estaremos juntos, deputado Yulo, e não tenho dúvida de que o deputado Ivo de Assis também estará, para que possamos estar à frente, buscando com os 63 deputados desta Casa o apoio para que essa proposta se concretize e beneficie a sociedade.

O Cerimonial da Casa pede a nossa compreensão para que o tempo de cada orador seja restringido a 5 minutos, visto que os ônibus que conduzirão boa parte dos que estão aqui presentes tem horário para retorno, mas sem dúvida, se necessário, estenderemos esse tempo.

Quero registrar a presença do dirigente das unidades de pronto atendimento da Fundac, Péricles Mendes; e da dirigente da Casa de Atendimento Sócio-Educativa de Salvador, Mônica, ambos representando a entidade Fundac.

Com a palavra o Dr. Evandro Luís Santos de Jesus, promotor da Infância e Juventude, para se pronunciar sobre a rede de garantias de direitos pelo tempo de 5 minutos. (Palmas)

O Sr. EVANDRO LUÍS DOS SANTOS:- Gostaria de cumprimentar os

deputados Eliedson Ferreira e Ivo de Assis, representado por Dr. Marcos, os demais componentes da Mesa, e também todos os senhores e senhoras aqui presentes.

A minha fala ficará facilitada assim sobremaneira em relação à limitação do tempo de 5 minutos, em razão de todas as pessoas que me antecederam. Quero dizer a todos os senhores e senhoras que serei o anti-clímax deste momento, vocês tiveram a oportunidade de ouvir todos que me antecederam e foram brilhantes.

Cumprindo a minha função de quebrar o encanto tentarei minimizar essa circunstância ilustrando o que já foi dito por todos, mostrando a importância desse momento, de estarmos discutindo os 19 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O ECA propiciou mudanças significativas de ordem cultural, não apenas pelo que produziu objetivamente no contexto legal, mas pelo que produziu no aspecto subjetivo. Muito ainda precisa ser feito pelas crianças e pelos adolescentes do nosso Estado, como os senhores já ouviram.

Sabemos muito bem, no que se refere a rede de garantias, que o Estatuto propiciou a elevação da criança para o patamar de sujeito de direitos e colocou dentro da ordem do dia do Estado princípios que devem ser respeitados, a exemplo do princípio da proteção integral a crianças e adolescentes. Em sede constitucional estabeleceu a prioridade absoluta que deve ser concedida às crianças e adolescentes, o melhor interesse, a descentralização do poder e a municipalização.

Algo que foi muito importante em relação ao ECA foi a implementação de uma rede de garantias de direitos com o fito de garantir os direitos efetivamente, ou seja, viabilizar o acesso à Justiça em três eixos, em rede, que esses direitos das crianças e adolescentes sejam implementados de fato.

É importante registrar aqui, porque todos que estão presentes, hoje, fazem parte dessa rede, todas as entidades, os que representam o Estado, representando não apenas objetivamente, mas subjetivamente, o que é mais importante.

Gente, na verdade, como é que funciona essa rede de atendimento ao direito da criança e do adolescente? Ela funciona em três eixos: o eixo da promoção, o eixo da defesa e o eixo do controle. E como funciona o eixo da promoção? Na verdade, como o próprio nome está dizendo, a promoção era o fomentar das políticas públicas, de todas as políticas, para garantir esse direito das crianças e adolescentes. Política de atendimento e de proteção, inclusive, proteção especial para os adolescentes que praticam infrações aqui no nosso Estado, que precisam, que são sujeitos de direitos e não são seres de amanhã, são de hoje, e as ações têm que ocorrer hoje, de forma prioritária.

Em face dessa condição peculiar de desenvolvimento desses meninos que precisam, como Dr. Marcos falou muito bem, na época da Segunda Guerra Mundial nós sabemos quem são as principais vítimas desses grandes malefícios da humanidade, são as crianças, os adolescentes, os deficientes, os idosos e, num mundo evidentemente machista e covarde que nós vivemos, as mulheres também.

Então, a gente precisa cuidar, mas cuidar com amor, com responsabilidade e com seriedade. Todos esses órgãos participam, com prioridade o Conselho de Direitos, que atua na promoção desses direitos das crianças, para promover e não apenas deliberar, mas também para fiscalizar se de fato está acontecendo suas implementações. E não deliberar sobre as políticas públicas que satisfaçam interesses apenas singulares, de

instituições.

Existe um eixo da defesa também, esse em particular, quando a sociedade falha, falha a família e o Estado, entra o Poder Judiciário, o Ministério Público, o Conselho Tutelar e todas as entidades para garantir e denunciando esses malefícios que acontecem com as crianças e adolescentes, o acesso à Justiça, e que é muito importante. O Estatuto implementou uma nova atuação em relação ao direito da criança e do adolescente, uma Justiça pró-ativa. Como falei, uma capacidade de indignação pró-ativa.

E o terceiro eixo, o eixo do controle, nós devemos ver na verdade se essa atuação está acontecendo de fato no que diz respeito à promoção e à defesa dos interesses da criança e do adolescente. Então, concluindo, gostaria de dizer que todos nós aqui estamos de parabéns e devemos viabilizar ações conjuntamente. E o que vai mudar, na verdade essas ações será de fato quando a sociedade começar a participar mais ativamente desse processo buscando implementar e fazendo valer esse direito da criança e do adolescente. É uma mudança cultural que precisa ocorrer, mas todos nós deveremos participar.

Então, essa realidade será melhor, mais significativa, positivamente falando, se nós também assim o formos. Esse momento, para mim, é de muita alegria, estarmos aqui juntos, pensando nesse Estatuto, que está de parabéns por tudo que já propiciou positivamente e que irá propiciar, mas isso depende de todos nós, isoladamente e conjuntamente, cada um podendo fazer melhor e atuando melhor.

Parabéns e muito obrigado pelo carinho e atenção de todos vocês. (Palmas)
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Registro a presença do Conselho Tutelar de Santo Antônio de Jesus, Carlos Cleber, sub-secretário da Cetad – Salvador; Nereílda Maza, representando a deputada Lídice da Mata.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Concedo a palavra ao Sr. Walmir Mota, diretor da Fundac, para falar sobre responsabilização juvenil e o ECA, pelo tempo de cinco minutos.

O Sr. WALMIR MOTA:- Bom dia a todos e a todas, na pessoa do deputado Eliedson Ferreira, vou cumprimentar esta Casa, toda a Mesa, mas quero fazer uma referência especial a Dr. Marcus Vinícius, que foi um brilhante cooperador da Fundac na defesa do adolescente autor de ato infracional. Tenho certeza, Dr. Marcos, que na sua humildade, sem desmerecer a figura do deputado Ivo, que esta sessão de hoje vem carregada do seu entendimento da importância de estarmos aqui falando a respeito do ECA. Parabéns também para o senhor

Vamos mudar um pouco a nossa fala, porque tínhamos nos preparado para 10 minutos, mas vamos ver o que em 5 minutos conseguimos falar.

Antes, porém, queria cumprimentar Gilca, gostaria que você ficasse de pé. Gilca dirige a Case Cia, comunidade sócio-educativa do Cia, onde nós temos 65 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas, fazendo um trabalho belíssimo, humanizado. Vou pedir que Mônica fique de pé, ela está dirigindo a maior unidade nossa aqui, a unidade mais complicada que nós temos, com uma precariedade estrutural enorme, lá, nós estamos com 212 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas entre

internação provisória e também internação de adolescentes do sexo feminino.

Quero cumprimentar Péricles e Giane, do PA, é onde o menino, quando é apreendido pela polícia, vai para a DAI, ele é recebido primeiramente por esses dois no Pronto Atendimento, no PA e, depois, com a presença do Ministério Público, do juizado e da Defensoria. Então, na verdade, o tema que me foi proposto aqui é falar a respeito da responsabilização juvenil porque a ideia que se passa em relação ao adolescente que comete ato infracional, a ideia que a sociedade acaba recebendo, e eu falo recebendo, porque a maioria da informação que chega para a sociedade é através de alguns veículos de comunicação, da mídia, e eu não quero generalizar, mas falar de uma mídia descomprometida com a realidade que envolve o adolescente em nível mais geral, mas também o adolescente de maneira especial que comete o ato infracional e acaba influenciando de uma forma bastante negativa a sociedade.

A ideia que se tem é que o adolescente, quando comete um ato infracional, não é punido e, daí, a ideia também de que o Estatuto da Criança e do Adolescente não tem eficácia, e ouvimos, e acho que os senhores também já ouviram, os conselheiros tutelares, todos que militam nessa área que, quando o adolescente comete um ato infracional ou então quando se vê na televisão um adolescente que é apreendido, geralmente, se fala: “Aí, é mais um para o Estatuto da Criança e do Adolescente passar a mão na cabeça”. Não é assim que ouvimos? “Aí, o menino cometeu mais um ato infracional, e o que vai acontecer com ele? Nada”. Não é assim que se ouve falar? Mas isso não é verdade.

E, aí, eu acho que nós temos a missão importante de levar para a sociedade, para os veículos de comunicação, a importância do estatuto, mas também essa dimensão do estatuto que é da responsabilização do adolescente. Não se pode imaginar o que é um adolescente, por exemplo, que cometeu um ato infracional com 12 anos de idade, ser privado de sua liberdade, porque geralmente o que se vê nos veículos de comunicação é o menino sendo apreendido pela polícia e geralmente essa imagem é veiculada em todos os jornais do dia, televisivo e também no rádio é muito falado. Então, o que se vê é o adolescente que cometeu o ato infracional, mas do que acontece com o adolescente depois a mídia não fala.

A mídia não fala que ele foi levado para uma DAI, que ele foi levado depois para o PA, para o Ministério Público, que às vezes esse menino recebeu uma medida, não é uma pena, o ECA não trata o menino como um adulto, ele recebe uma pena do juizado e vai às vezes cumprir medidas em meio aberto, com liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade e às vezes o que ainda é pior, vai para uma internação.

Esse caminho que a mídia deveria mostrar, mostrando realmente que o ECA responsabiliza o menino que cometeu um ato infracional, não acontece, passando a falsa imagem então de que o ECA é uma brincadeira, é uma lei que não vale, que não tem sentido, que não tem interferência nenhuma na vida do adolescente, o que não é verdade.

Volto a dizer, não estou falando da mídia em geral, falo da mídia descomprometida com a verdade. Para os senhores terem uma ideia, eu tenho aqui, não dá tempo de mostrar.

Eu tenho aqui dados de 2008 sobre os 1.631 adolescentes que passaram pelo pronto atendimento. Se eu quisesse falar de atos infracionais, os mais usuais atos

infracionais cometidos por adolescente são contra o patrimônio: furto, que lidera – foram 359 furtos em 2008 –, e roubos, com 337.

Mas é interessante que quando um adolescente comete um estupro, isso é muito veiculado, as imagens são inúmeras. Ou, então, quando comete um homicídio, isso é tão veiculado que fica parecendo que a vida do adolescente se resume a cometer estupros, homicídios e assaltos à mão armada, levando a sociedade a ter a sensação de estar vivendo no mundo do perigo. E todo mundo que vê essas imagens no dia-a-dia fica com medo de ir à rua e ser assaltado.

Vocês não já assistiram, digamos, um programa de televisão do tipo Bocão? Aí, você vai à rua com medo de ser assaltado, segurando a bolsa. Quem assiste a esse programa na hora do almoço – deve fazer um mal tremendo ao estômago – depois vai para a rua segurando a bolsa porque a imagem foi tão veiculada. E a ideia que se quer passar é que a criminalidade cresce, a violência cresce por conta dos atos cometidos pelo adolescente. Não é verdade, não é verdade! Para 80 presos adultos, nós temos 3 adolescentes apreendidos. Entendem isso?

E volto a dizer que a maior parte dos atos infracionais são contra o patrimônio, o que revela para nós a fragilidade das políticas públicas. Crime contra o patrimônio é aquilo que a gente fala: roubou isso, roubou aquilo, pegou isso, pegou aquilo, assaltou um, pegou um celular. E na maioria das vezes é para comprar drogas ou para comer mesmo. Revelando, realmente, que é preciso que governo do Estado, governo municipal e governo federal façam acontecer aquilo que o Dr. Evandro acabou de falar: promoção, defesa e controle, para que a prioridade seja levada a sério. Criança e adolescente têm que ser prioridade absoluta mesmo.

Então, convido todos os senhores a visitarem a CASE de Salvador, porque estamos estabelecendo a política, e é uma prática nossa, de abrir a unidade para que os senhores visitem. Vão ver os meninos que estão ali, ver o ambiente em que eles vivem.

Na CASE de Salvador, vocês vão levar um susto, pois a casa é feia, com cara de presídio, lugares insalubres, escuros, com vazamentos de água, essa é a verdade, mas o atendimento é diferenciado, é qualificado.

Acho importante que a comunidade vá conhecer a realidade e quebre essa ideia de que o menino que está internado lá é um bandido eterno. Esse é um outro grande mal, a gente não conseguir – quando digo a gente, claro que não são os senhores, mas a maioria da sociedade – separar o ato infracional que o menino cometeu da pessoa que ele é. É diferente. Ele cometeu um crime, mas continua sendo gente, pessoa, ser humano. Ele vai pagar pelo crime? Vai ser responsabilizado pelo crime? Vai. Qual é a responsabilização? Vai ser privado de liberdade. Mas continua tendo todos os outros direitos: comer, beber, ter uma boa educação, lazer, esporte, cultura, que são direitos garantidos.

As medidas socioeducativas que são aplicadas nas unidades têm esse caráter pedagógico. Às vezes, as pessoas pensam que medida socioeducativa é privação da liberdade. Isso não é verdade, eu até trouxe aqui, para fechar essa ideia: a contenção não é medida socioeducativa, a contenção está ligada à privação da liberdade, ao direito do adolescente de ir e vir. Medida socioeducativa resume-se em 2 aspectos: a questão da ressocialização do adolescente, prepará-lo para o retorno à sociedade; e a reeducação desse adolescente. Isso é medida socioeducativa, que acontece nos mais

variados aspectos: educação, lazer, arte, cultura, atendimento psicológico e social.

E gostaria de fazer o convite aos senhores para que venham participar de um momento como esse.

Eu fecho dizendo o seguinte: numa conversa aqui, muito rápida, com Gilca e Mônica, dissemos que a Fundac tem que fazer alguma coisa para também celebrar os 19 anos do Estatuto no dia 13 de julho. Eu falei com Gilca que não iríamos fazer mais um debate, vamos fazer mais uma reunião, trazendo gente de Brasília. Vamos fazer no nosso caso, no caso da Fundac, uma audiência pública - e já estamos pedindo espaço para o Ministério Público no auditório - com todos os nossos adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativas para que eles possam falar o que estão vendo lá dentro. Para que possamos quebrar esse preconceito de que abrigamos bandidos que não têm jeito. Isso é uma mentira! O ser humano tem jeito, sim! O ser humano muda quando recebe oportunidades, quando vê que há alguém que acredita nele (Palmas!). Senão, não teria sentido o trabalho de nenhum de nós que está aqui hoje. Desde aquele que é um simples seguidor, um simples crente, até o Conselho Tutelar, o Conselho de Justiça, os senhores que confeccionam as leis e os governadores. Que sentido teria para nós todo o nosso trabalho se não acreditássemos que o ser humano pode mudar? Por pior que seja o ato infracional que ele tenha cometido! Isso é ou não verdade?

Quando é que o ser humano acaba reincidindo? Tem gente que diz que são muitos, mas não. São pouquíssimos. Estudos mostram que três por cento dos menores, em relação aos adultos, reincidem. E quais são esses?

Na Casa Salvador conversei com um menino que aos 16 anos havia matado 3 pessoas. Foi uma conversa difícil, ele não reagia diante da minha fala. E fiquei procurando uma forma de tocar no coração daquele jovem porque eu queria falar com ele. Até que pedi a Deus para me dar uma direção de como conseguiria criar um diálogo com aquele menino. E aí veio sobre mim o Espírito de Deus dizendo: “Fale sobre a família, fale sobre o pai dele”. Quando eu falei do pai, ele reagiu de uma forma violenta. Ele disse: “Graças a Deus aquele desgraçado morreu!”. E aí vi que era uma porta para eu poder entrar e falar com ele. Então travamos um diálogo de duas horas. Ao final, eu lhe disse: “Faltam três meses para você ir embora.”. Existia a informação de que ele estava planejando uma rebelião. Eu lhe disse: “Você ficou quase três anos aqui dentro. Agora, perto de ir embora, vai estragar tudo?! Você vai começar de novo uma vida lá fora, uma vida nova.” Ele olhou-me nos olhos e disse-me: “Dr. Walmir, seja sincero comigo. Olhe para mim. Eu sou preto!” - estou dizendo preto porque foi a expressão usada por ele. “Eu sou pobre. Só sei escrever meu nome, não sei ler, não entendo as letras. Eu só sei escrever meu nome. Eu matei três pessoas. O senhor acha mesmo que lá fora a sociedade vai me dar alguma chance? O que eu peço a Deus, Dr. Walmir? Que eu, quando sair para o mundo lá fora, não mate mais ninguém. Porque aqui dentro já aprendi que tenho de respeitar a vida. Aprendi que preciso respeitar o outro. Mas não tenho outra saída, a não ser arrumar um revólver e voltar a assaltar para poder comer, beber, me vestir e sustentar a minha família. Porque a sociedade lá fora não vai abrir portas para um pobre, preto e assassino de três pessoas”. Nós nos abraçamos, choramos juntos, e ali vi a fragilidade do nosso trabalho; a mediocridade da sociedade e daqueles que estão, muitas vezes, brincando de fazer política.

Convido vocês a virem mais pra perto de nós para nos ajudar neste trabalho, pois,

quanto mais aquelas pessoas convivem com a comunidade, muito mais força elas têm para retornar à sociedade. E precisam conviver. Os senhores e as senhoras, com a formação e o amor que têm, na luta com garra pela defesa dos direitos humanos e do adolescente autor de um ato infracional, vindo com ele dialogar vão ajudá-lo muito neste processo de ressocialização e reeducação.

Um abraço a todos. Que bom que estivemos aqui. Nós estamos juntos nesta caminhada na defesa da criança e do adolescente em nosso Estado. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Registro a presença da Sr^a Raimunda, presidenta do Clube das Mães da Creche Dom Avelar, e dos Conselhos Tutelares de Itapicuru e Simões Filho.

Comunicado do vice-governador da Bahia, Dr. Edmundo Pereira.

(Lê) *“Caro Marcelo, devido a compromissos assumidos anteriormente, estarei impossibilitado, de comparecer à Sessão Especial em comemoração aos 19 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente”.*

E do senador Magno Malta.

(Lê) *“Senhor Deputado Marcelo Nilo, cumprimentando-o cordialmente, agradeço o convite para participar da Sessão Especial em comemoração ao 19º aniversário do ECA.*

Infelizmente, em função de compromissos assumidos anteriormente, não poderei comparecer.

Desejo a todos, sucesso em suas ações.”

Convidamos o Sr. Waldemar Almeida de Oliveira, coordenador executivo do Cedeca, para falar sobre desafios, a superação da pedofilia, a prostituição e a violência. V.S^a tem a palavra pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. WALDEMAR ALMEIDA OLIVEIRA:- Bom-dia a todos e a todas.

Queria saudar todos, louvar esta iniciativa da Assembleia Legislativa de trazer esta discussão aqui, formulada essa iniciativa pelos deputados Eliedson e Ivo de Assis, também agradeço a presença do deputado Marcelo Nilo que fez questão de abrir esta sessão – acredito que isso é muito importante.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - esta reunião, esta iniciativa da Assembleia fala por si. Evidentemente, há 10, 15 anos isso era impensável, realizar esse conjunto, trazer essa Mesa com essa quantidade de autoridades e vocês todos, principalmente os do interior, deixando as suas cidades para virem aqui prestigiar este ato. Isso é uma coisa importante. E vocês terem se deslocado de lá para vir aqui, isso demonstra a importância e o compromisso que vocês, principalmente os conselheiros tutelares, têm com a causa da criança e do adolescente.

Queria saudar, então, a Mesa em nome do deputado Eliedson. Temos só 5 minutos e se for saudar todos consome o tempo que tenho para falar da questão do abuso e exploração sexual da criança e do adolescente. É evidente que é uma situação muito grave. Acredito que vocês, principalmente os do interior, não têm uma avaliação da gravidade desta situação.

A nossa querida procurador Lícia disse o quanto crescemos em denúncias, saímos de 225 para 1646. Isso significa mais de 600%. Mas qual é a nossa angústia? A

nossa angústia é que dessas mais de 1600 denúncias nem metade delas serão investigadas. A estrutura da polícia investigativa do nosso Estado é insuficiente para fazer frente a esse desafio. Deveriam todas ser investigadas, e aí a gente teria muitos dos abusadores, dos exploradores pagando pelos seus crimes. Infelizmente, isso não ocorre!

Eu diria que temos muitos motivos, Yulo, para comemorar os 19 anos do ECA, mas temos muitos motivos para cobrar dos nossos governantes a responsabilidade de fazer com que essa lei realmente se efetive. Temos aqui - e o nosso ilustre presidente da Fundac já falou sobre isso - 212 adolescentes autores de atos infracionais com sua liberdade comprometida, isso só em Salvador, fora Simões Filho.

Eu pergunto aos senhores: quantos assassinos de crianças e adolescentes estão na penitenciária pagando pelo seu crime maior? Esses meninos cometeram pequenos furtos, pequenas infrações e estão com sua liberdade cerceada. Quantos assassinos de crianças e adolescente no nosso Estado estão pagando pelo seu crime?

Vou dar um dado a vocês que vai esterrecê-los. O Cedeca fez um levantamento de 1997 a 2003, e concluímos que só nesse período, na grande Salvador, ocorreram 966 assassinatos, quase mil. Pois bem, nesse mesmo período apenas 106 inquéritos foram concluídos e nesse mesmo período apenas 23 assassinos foram levados a júri. Isso significa 3%, portanto 97% dos assassinos ficaram aí sem nada sofrer.

Esse é um dado muito angustiante que envergonha a todos nós como cidadãos. Como nos envergonha também ter no nosso Estado, com 417 municípios, apenas uma delegacia especializada na repressão aos crimes contra crianças e adolescentes. Enquanto essa situação continuar a vigorar, é sinal que estamos indo muito mal. Precisamos caminhar muito. Precisamos, como uma sociedade civil organizada, cobrar de nossos governantes respeito a essa Lei Maior de defesa das nossas crianças, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Estamos, como a Procuradora disse, com apenas 40 Conselhos Tutelares devidamente estruturados. Isso prova o descompromisso de nossos gestores com a causa.

Temos muita coisa a comemorar. Mas também temos muito do que nos envergonhar. Precisamos ter força para cobrar de nossos governantes um fato concreto.

Nós temos aqui as Secretarias de Ação Social. O Deputado Yulo Oiticica colocou bem. Há um abismo incomensurável entre o discurso de nossos governantes e a prática. O discurso, para ser coerente, precisa estar representado no Orçamento. É preciso que o Orçamento contemple isso. Porque de nada adianta a luta de nosso querido Secretário de Ação Social – eu sei de seu compromisso e de sua responsabilidade, e que muito vai querer fazer, e talvez pouco vai poder realizar, porque não se faz milagre com dinheiro. Não se transforma dois milhões em cem milhões.

Então, é preciso que se dote as Secretarias de Ação Social de recursos. É preciso que os Prefeitos, que fazem belos discursos, transformem esses belos discursos em compromisso, dotando as Secretarias de recursos suficientes para implementar essas ações. Isso é fundamental, e cabe a nós todos, a mim e a vocês, companheiros dos Conselhos Tutelares que estão lá: cobrar investimentos, ir aos nossos Vereadores, para que o Orçamento seja alterado e, assim, as Secretarias de Ação Social sejam dotadas dos recursos necessários.

Vou concluir dizendo que a situação de exploração sexual em nosso estado nos envergonha. São poucos, e eu desafio a maioria para dizer quantos fazendeiros, quantos grandes comerciantes, quantos vereadores e quantos prefeitos que exploram as nossas crianças no interior do estado estão pagando pelos seus crimes. Eu posso afiançar: a grande maioria dos exploradores que compõe parte dessas categorias estão inteiramente impunes. Isso nos envergonha e deve nos estimular a lutar e cobrar dignidade para nossas crianças para que possamos, juntos, garantir uma vida digna para todos.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Concedo a palavra ao Juiz Nelson Santana do Amaral, da Segunda Vara da Infância e Juventude, para se pronunciar sobre Garantia de Direitos na Aplicação de Medidas de Proteção Socioeducativas.

Eu convido também o Deputado Álvaro Gomes, que se faz presente, para presidir por alguns minutos, enquanto eu preciso me ausentar, mas retornarei muito em breve.

O Sr. NELSON SANTANA DO AMARAL:- Exmº Deputado Álvaro Gomes, que ora preside esta sessão, quero cumprimentar em seu nome as demais autoridades da Mesa, por conta do tempo. Quero cumprimentar também os Deputados Ivo de Assis e Eliedson Ferreira por essa grande iniciativa nesta Casa, que é a Casa do povo baiano.

A questão da Infância e da Juventude é de tamanha importância que, felizmente, tudo aquilo que foi dito é muito importante. Eu diria que, num dia de aniversário, a gente não costuma olhar a nossa vida para trás, o que fizemos, o que realizamos, mas sempre pensamos no futuro em termos de perspectivas.

Aqui foram muito bem colocadas por todos, situações da conquista dessa luta histórica dos Direitos da Criança e do Adolescente, ou, pode-se dizer, da luta histórica da Criança e do Adolescente.

Crianças e adolescentes sofreram na história. A vilipendiação dos seus direitos, o descaso que a sociedade sempre teve com eles. Podemos dizer que o momento atual é de celebração e de conquista, um momento de conquista, um momento em que se está ampliando essa luta.

Tenho participado de momentos importantes nessa luta. No ano passado, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, através da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, convocou juízes de todo o Brasil, sobretudo nós, juízes da área da infância e da área infracional. Estamos reunidos desde junho, agosto, março e agora em maio discutindo questões pontuais do Estatuto, como a implementação do Sinase, Sistema Nacional Sócio-Educativo, através da criação da Lei de Execução de Medidas Sócio-Educativas, e tramita hoje no Congresso Nacional, na Câmara federal, nas mãos da deputada Rita Camata, que tem absorvido todas as nossas indicações, de juízes de direito, sobre como deve ser essa lei, como deve ser operacionalizado esse Sinase.

Estamos também construindo um banco de dados de toda a situação da infância no Brasil e já temos o primeiro banco chamado Sipia I, Sistema de Informação para a Infância e Adolescência, que é a parte em que se cadastram todos os Conselhos Tutelares do Brasil; o Sipia II, sistema também na parte de ato infracional, informações

de atos infracionais e o Sipiá III, que vai ser o chamado Infoadote, ou seja, informações sobre adoção.

Esses três bancos de dados são fundamentais justamente para que os governos na área municipal, na área estadual e na área federal possam construir uma base de dados com toda a sua política hoje de atendimento aos direitos da criança e do adolescente.

Como estamos aqui comemorando, diria que tenho uma visão um pouco mais pessimista, não há grandes momentos para comemorar; temos tido algumas conquistas, mas temos grandes e graves problemas que ainda estão para solucionar. Às vezes, o nosso querido Walmir Mota não gosta porque costumo bater muito direto, na minha franqueza, na minha visão crítica. Tenho a formação de sociólogo antes de ser magistrado, e isso me dá esse cabedal, modéstia à parte, de conhecimento crítico da sociedade.

Aquilo que o deputado Yulo diz, que precisamos ter mais ações efetivas, não podemos ficar com uma casa em Salvador com a mesma história. Há cinco anos encontrei, e está a mesma coisa. E acabamos de perder um trabalho magnífico que Marcos Vinícius Magalhães realizava lá nessa unidade. E por que perdemos Marcos? Porque as pessoas se desencantam diante da falta de perspectivas para trabalhar.

Falar no sistema de garantia de direito é falar no comprometimento da sociedade, e vejo aqui o momento oportuno nesta Casa, com uma Mesa de pessoas tão significativas, importantes, para que os conselhos tutelares se desloquem de Lauro de Freitas, que é mais próxima, até Palmas de Monte Alto, que sei que é no Oeste mais distante, mas aqui estão pessoas comprometidas no dia a dia. E os outros, onde estão? E aqueles que têm as ações mais concretas? Nossos gritos, nossa gritaria... No dia 6 de maio, agora, o Conselho Nacional de Justiça elegeu a infância e a juventude a questão que vai trabalhar durante todo este ano, como também outra situação grave, que é a situação carcerária. Ainda bem que temos o Conselho Nacional de Justiça, porque de lá partirão diretrizes para o Judiciário, para as Corregedorias, e até para os governos no sentido de que esse órgão supremo da Justiça brasileira vir nos fornecer subsídios.

Neste momento quero aproveitar para parabenizar a iniciativa desses dois deputados e dizer que aqui temos outros deputados que também têm uma luta histórica pelos direitos humanos, como o deputado Yulo Oiticica, o deputado Álvaro Gomes e outros tantos, mas que possamos ver que esta Casa traga não só no momento do aniversário o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, o “Equinha”, como se costuma dizer nas escolas dos nossos alunos, mas que possamos debater também outras questões da infância, como justamente a questão da política de atendimento no Estado. Há um componente institucional, como dizemos, a política precisa ser completada com a participação das secretarias de educação, de saúde, de justiça, de emprego e renda, enfim, de todos aqueles que têm obrigação de cumprir aquilo que a Constituição elencou como proteção integral, elegeu como prioridade absoluta e que está discriminada no artigo 4º do Estatuto, senão, vamos viver só de retórica, só de discursos e palavras sem ação não têm significado.

Espero que esta seja uma de mais outra iniciativa desta Casa.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Convido o Sr. José Mendonça, vice-presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado da Bahia, para falar sobre Condições de trabalho como instrumento de garantia de direitos, o grito de alerta dos atores do sistema de garantia de direitos.

O Sr. JOSÉ MENDONÇA:- “Bem aventurados os que têm sede de justiça, porque serão saciados”. Com isso cumprimento a Casa e a Plenária com a doce e agradável paz de Jesus. Cumprimento, também, a Mesa, como já dito, não quero ser redundante nos cumprimentos, porque assim o tempo é curto para explanarmos, quanto mais para fazer cumprimentos, mas creio que aqui estão todos aqueles atores que atuam com sede da justiça na infância e juventude.

Sinto-me honrado em participar mais uma vez, porque se lembro, da última vez que promovemos uma audiência pública nesta Casa, nesta Plenária, foi por intermédio do deputado Walmir Mota, na época presidente da Comissão de Direitos Humanos, onde nós trabalhamos em parceria para tentar melhorar a questão da causa da criança e do adolescente.

Eu, na realidade, já me senti contemplado com algumas falas aqui, vou ter que suprimir muitas delas, porque já foi dito pelo Dr. Nelson, pela Dra. Lícia, pelos deputados e na, realidade, para que a gente possa colocar em relação a questão da estrutura e funcionamento nos conselhos tutelares, não poderia deixar de me reportar ao seu início, principalmente em Salvador, onde acompanhei desde o seu nascimento a estrutura de funcionamento dos conselhos tutelares, desde os pioneiros quando ali chegaram no Convento da Lapa. Também pude participar e ver a criação de muitos dos conselhos tutelares da Região Metropolitana, onde fui coordenador no foro permanente dos conselhos tutelares desta Região. Lá, também, a criação era crítica, muito pior que em Salvador.

É como foi dito hoje, já teve vários avanços. Tivemos muito a comemorar em relação à estrutura, ao funcionamento e à condição do conselheiro tutelar em si, para a execução das suas demandas, mas ainda tem muito a se fazer.

(Lê) *“A nossa luta cotidiana tem sido a de buscar melhores dias para as Crianças e Adolescentes em situação de risco pessoal e social, notadamente aquelas que perambulam pelos centros urbanos e ao entorno dos semáforos instalados em vias públicas. Muitas delas passíveis de recuperação, desde quando tenhamos um governo realmente comprometido com esta causa.*

Desdobra a Constituição Federal de 1988: art. 5º, 6º, 7º, 227, 228 e outros;

Assenta-se na doutrina da proteção integral com prioridade absoluta;

Reconhece a criança e o adolescente como sujeitos;

Reproduz e reforça os princípios constitucionais da Descentralização, Participação e Municipalização.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Complementar nº 8.069 de 13 de julho de 1990, ao regulamentar o artigo 204 e 227 da Constituição Federal, propõe um sistema de atendimento e garantia de direitos e uma nova forma de gestão, com destaque especial aos Conselhos e Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Para fazer valer os direitos das crianças e adolescentes, o ECA criou garantias processuais e mecanismos democráticos de aplicação e fiscalização do que passou a ser lei.”

Muitas coisas já foram ditas, debatidas, mas, aproveitando a minha conclusão, gostaria de fazer sugestões para que se pudesse melhorar a estrutura de funcionamento dos Conselhos Tutelares e passá-las para o secretário de Ação Social, Dr. Antônio Brito, também meu chefe imediato, aproveitando que ele está presente aqui:

(Lê) *“Além das questões que foram colocadas, constitui meios necessário ao funcionamento, à existência de mobilidade, recursos Administrativos, equipe técnica e multiprofissional, equipamento exclusivo informatizado, serviço de telecomunicação total com telefone fixo e móvel, fax, inclusive 0800, rádio VHF, e HT, local de fácil acesso à população e condições de atendimento de acordo com o público a que se destina;*

02 - Criação de uma Assessoria dos Conselhos Tutelares que visite ou esteja ligada diária e diretamente às sedes dos Conselhos, vistoriando e resolvendo as necessidades emergenciais;

03 - Criação de Gerência Administrativo para cada Conselho Tutelar, com equipe multiprofissional e técnicos como assistência social, pedagógica, psicológica, jurídica, com o cargo ocupado por pessoas com profundo conhecimento e experiência no trato com Crianças e Adolescentes em situação de risco pessoal e social.

04 - Criação de um Centro de Triagem para Crianças e Adolescentes em situação de risco pessoal e social e de uso de drogas, exploração de qualquer espécie e situação de rua. Abrigos exclusivos, com seleção de faixa etária, para as demandas atendidas pelos Conselhos Tutelares, otimizando os espaços das unidades de atendimento, com atividade lúdico-pedagógica e cultural, oficinas. Que o espaço esteja em pleno funcionamento nos turnos matutino e vespertinos, com equipe multidisciplinar, assistente social, psicóloga, pedagoga e auxiliar de saúde;

05 - Valorização da experiência do conselheiro tutelar quando do término do seu mandato, para que sejam aproveitados nestes conselhos tutelares e nos setores e órgãos públicos municipais que lidem com a causa da criança e dos adolescentes, como agentes multiplicadores do efetivo serviço da Lei 8.069/90 na área de trabalho com Crianças e Adolescentes em situação de risco pessoal e social e uso de substância psicoativas e em situação de rua;

06 - Integração e parceria entre Conselho Tutelar e as Administrações Regionais na efetivação das políticas públicas e garantias de Direito, junto com as Entidades, Associações, Igrejas, e a Comunidade, nas questões de Saúde, Educação, Esporte, Cultura, Lazer, Assistência Social, Trabalho, Segurança.

07 - Alimentação para as Crianças e os Adolescentes encaminhados aos Conselhos nos plantões;

08 - O município tem a obrigação legal de garantir passagens, hospedagens, alimentação, diárias e estada para conselheiros em missão de viagens de representação do conselho, especialmente os membros que compõem o corpo diretivo do fórum permanente dos Conselhos Tutelares do estado da Bahia.

E da Região Metropolitana de Salvador ou em reintegração de crianças, adolescentes, a sua cidade e família de origem, em qualquer Município ou Estado do

território nacional, e garantia, nesta lei de deslocamento, gratuito com o veículo do conselho nos ferryboats e pedágios, em missão oficial nos municípios, principalmente os da Região Metropolitana de Salvador.

09 - Regularizar e regulamentar nesta lei o acesso livre e gratuito dos conselheiros tutelares, como agente de proteção, fiscalização e aplicação dos direitos e deveres da criança e do adolescente nos locais de diversão, praças de esporte, ginásios, estádios de futebol, cinemas, teatros, espaços de cultura e lazer, centros de convenções, parques de exposições.

E todos os eventos que possam detectar presença de criança e adolescentes, que haja risco pessoal e social, e ou os seus direitos sejam violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais e responsáveis, ou em razão de sua conduta.

10 - Priorizar e ampliar os programas de apoio e promoção à família, criando unidade de abrigo e proteção provisória, tendo os projetos supervisão e fiscalização dos conselheiros tutelares.

Sugestões sobre as questões de direitos e garantias sociais, remuneração, gratificações dos conselheiros tutelares, conforme a nova proposta de alteração da carga horária para funcionamento desse órgão, segundo determina a Resolução nº 075/2001 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA),

Os conselheiros tutelares devem ser subsidiados (isto é, remunerados) pela municipalidade em patamar razoável e proporcional à relevância de suas atribuições, de modo que possam exercê-las em regime de dedicação exclusiva.

Embora o art.134 da Lei nº 8.069/90 estabeleça que a remuneração dos conselheiros tutelares seja apenas eventual, a extrema relevância de suas atribuições, somada às dificuldades encontradas no desempenho da função, bem como à indispensável dedicação exclusiva, em tempo integral, com atuação de forma itinerante e preventiva, dando assim o mais completo e necessário atendimento à população infanto-juvenil local, exigem que a função seja subsidiada e em patamar razoável.

A experiência demonstra que, em municípios onde o Conselho Tutelar não tem seus integrantes subsidiados pela municipalidade e definidos em lei, o atendimento prestado é deficiente, assim como insignificante é o número de interessados em assumir a função, comprometendo desse modo a própria existência do órgão.

Inaceitável é o argumento da 'inexistência de recursos' para o pagamento dos conselheiros tutelares, pois, quando se trata de criança e adolescente e em razão do princípio constitucional da prioridade absoluta, impera o comando da destinação privilegiada de recursos públicos (inclusive para assegurar o regular funcionamento do Conselho Tutelar), de modo a afastar nesse aspecto a discricionariedade do administrador.

Os recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar, aí incluídos os subsídios devidos aos conselheiros, em conformidade com o disposto no art.134, parágrafo único da Lei nº 8.069/90, deverão estar previstos no orçamento do município. Sendo que o repasse da verba pela Prefeitura não estabelece qualquer 'vínculo empregatício' (devendo a própria lei municipal assim ressaltar de maneira

expressa, já que tal vínculo tem como um dos requisitos a relação de subordinação entre empregador e empregado. Inexistente entre o município e o conselheiro tutelar), nem faz com que os conselheiros tutelares venham a integrar o quadro de funcionários da municipalidade.

Cabe a cada município encontrar um parâmetro justo para a remuneração dos conselheiros tutelares, podendo ser tomados como referência os valores pagos, a título de subsídio, aos mais elevados cargos em comissão.

Em suma, o Conselho Tutelar deve receber da administração pública municipal tratamento similar dispensado por esta aos demais órgãos do município, com dotação de recursos necessários ao seu funcionamento e devidamente consignada no orçamento público municipal, sem a quebra de sua autonomia em face do Poder Executivo.” (Palmas)

Ao agradecer a oportunidade, anuncio aos conselheiros, meus colegas, que já existem outras ferramentas para contribuir com o nosso trabalho para a resolução de problemas, ou seja, a arbitragem, a conciliação e a mediação de conflitos.

Salvador, desde 16 de abril de 2009, formou 100 juízes de paz, o juiz arbitral. Eu faço parte desse grupo e sei que essa ferramenta pode ser um auxílio muito grande para resolver diretamente casos complexos do Conselho, sem que sejam levados a instância judicial.

Agradeço pela oportunidade, primeiro, a Deus e, depois, à Mesa, em nome de Jesus. (Palmas)

(Sem revisão do orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Nós citamos aqui a presença da Ordem Brasileira de Juiz de Paz, Juiz Arbitral, e passamos agora a nominar os representantes Jeferson Silva Ribeiro, vice-presidente; Ordem Brasileira de Juiz de Paz e Arbitral Eclesiástica, presidente Sr. Antônio Carlos Franco; secretário, Sr. Miratan Souza; 1º secretário, Dr. Sérgio Raimundo; Dr. Derivaldo Anjo Souza; Dr. Josenilton Rocha Souza; Dr. Aurelivaldo Teixeira; Dr. Alex Duarte; também a presença do professor Paulo Bezerra, representante do secretário municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer – Secult; Sr. Carlos Ribeiro Soares, agente penitenciário do Conjunto Penal de Lauro de Freitas.

Também anexamos aqui a justificativa de ausência do Dr. Fernando Schmidt, chefe de gabinete do governador; da Drª Norma Maria Nascimento Pereira, delegada regional do Trabalho na Bahia; da desembargadora Telma Brito, do Tribunal de Justiça; como também da Drª Cristiana Menezes Santos, superintendente de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon.

Concedo a palavra ao penúltimo orador, deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Quero saudar toda a Mesa na pessoa do presidente Eliedson, autor da proposição desta sessão especial; parabenizar os nobres deputados Eliedson e Ivo de Assis por essa iniciativa importante; saudar toda a Mesa em nome do juiz Salomão Resedá; nosso companheiro Walmir Mota, ex-deputado desta Casa, e dizer que esta Casa perdeu um grande parlamentar, um parlamentar exemplar, dedicado, comprometido com as transformações da nossa sociedade. Infelizmente, não podemos contar com Walmir Mota, aqui em nosso Parlamento, mas como é um cidadão

que luta pelos direitos dos trabalhadores, da sociedade, hoje continua cumprindo um grande papel na Fundac; saudar também a Dr^a Lícia em nome de quem quero saudar todos os presentes aqui.

Esta Casa Legislativa vive um novo momento. Ontem, nós tivemos aqui uma sessão dos 400 anos do Tribunal de Justiça da Bahia, hoje, estamos tendo uma sessão especial dos 19 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e também, na última segunda-feira, tivemos uma outra sessão.

Na realidade, a Assembleia Legislativa aqui realizava uma sessão especial a cada 15 dias em média e, hoje, só nesta semana, nós estamos abordando aqui quatro temas de grande importância. Ontem, uma sessão especial, Título de Cidadão Baiano a Abdias Nascimento, um grande nome nacional na luta contra o racismo, pela igualdade racial. Então, nós estamos aqui, durante esta semana, com quatro sessões especiais. Parabenizamos, assim, o presidente da Assembleia, deputado Marcelo Nilo e estamos nos preparando para ele aprovar umas sessões especiais que eu solicitei e que devemos discutir aqui, para que a população possa acompanhar.

Mas não poderia deixar, nobre deputado Eliedson, de participar desta sessão especial, porque esse é um tema de grande interesse. Nós vivemos hoje momentos de grandes dificuldades, onde o índice de violência é algo preocupante.

Para se ter uma ideia, no Brasil o número de homicídios aumentou de 11.900 em 1979 para 51 mil em 2003. E por que apresento esse dado? Porque os mais atingidos pela violência, as maiores vítimas dos assassinatos são os jovens, os adolescentes. Eles são os mais atingidos, os que mais sofrem.

Aqui, na Bahia, o número de homicídios também aumentou de forma considerável. De 2000 a 2005, por exemplo, em Salvador, o número de homicídios cresceu 292%. Em 2006, 2007 e 2008 continuou essa tendência. Em 2009, no primeiro quadrimestre, começou a regredir. Vamos torcer para que continue esse processo. A queda do número de homicídios no primeiro quadrimestre de 2009 foi de 11% em comparação com 2008. Esse é um sinal positivo.

É importante ressaltar que no Brasil, a partir de 2004, também houve uma queda. Em 2005 houve queda; em 2006 também. E essa queda no número de homicídios aconteceu, no meu ponto de vista, em função da redução das desigualdades sociais no Brasil que observamos nos últimos anos, e a redução do nível de desemprego, que ainda existe. Portanto, a partir de uma política de inclusão e de justiça social.

Sempre defendo a tese, nobre presidente Eliedson, que é necessário combater a violência com justiça social. Não adianta defender a tese de combater a violência com mais violência, isso não vai resolver o problema. Há aqueles que defendem a redução da maioridade penal, como se isso fosse resolver o problema da violência. Vai chegar o momento em que se reduzirá a maioridade penal para 6 anos, mas a violência continuará se não forem tomadas medidas estruturantes, medidas que propiciem aos jovens e aos adolescentes uma estrutura suficiente para que possam, realmente, desenvolver este País, para que possam, efetivamente, construir uma sociedade de paz.

Essas crianças abandonadas e esses jovens que não têm condições dignas de sobrevivência é uma situação que, sem dúvida alguma, terá repercussões negativas no futuro. Portanto, é importante propiciar condições dignas para os nossos jovens, para as nossas crianças, para os adultos. É importante que haja uma estrutura familiar, o que

está ligado diretamente às condições de cada cidadão. Ninguém pode ter uma boa estrutura familiar se não tem emprego, saúde, educação, dignidade e os seus direitos humanos respeitados.

Para haver uma boa estrutura familiar é preciso que haja condições objetivas para que as pessoas possam sobreviver com dignidade e construir um novo futuro no qual todos possam viver em paz, sem violência.

Portanto, concluindo definitivamente, queria dizer, nobre deputado Eliedson, que a construção da paz se dá com justiça social, com respeito aos direitos humanos, às crianças, aos adolescentes, oferecendo-lhes uma estrutura para que sua personalidade possa formar-se de uma forma sadia.

Nenhuma criança ou adolescente vai conseguir sobreviver com dignidade se não tem os seus direitos mínimos respeitados.

Por isso, continuo defendendo, lançando, em todos os locais que vou, o grito de que, violência se combate com justiça social. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Registrando a presença de Paula Câmara, advogada na área de direitos humanos e assessora jurídica da comunidade de atendimento sócio educativo de Salvador, e também a presença do Conselho Tutelar de Vitória da Conquista.

Eu havia anunciado que o deputado Álvaro Gomes seria o penúltimo orador, mas o cerimonial fez aqui a correção, temos agora Wellington Souza, Coordenador do Fórum Permanente dos Conselhos Tutelares, que vai falar pelo tempo de cinco minutos; depois, o Dr. Antônio Brito, Secretário Municipal do Trabalho e Assistência Social e, por último, e não podemos deixar de ouvir o Dr. Salomão Resedá, Juiz da 1ª Vara da Infância e Juventude, representante da presidente do Tribunal de Justiça, Drª Sílvia Zarif.

Então, pelo tempo de cinco minutos o Sr. Wellington Souza, Coordenador do Fórum Permanente dos Conselhos Tutelares.

O Sr. WELLINGTON SOUZA:- Exmº Deputado Eliedson Ferreira, demais autoridades da Mesa, ilustríssimos conselheiros, minha cordial saudação.

É uma alegria muito grande estarmos juntos para comemorar esse dia tão importante, os 19 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar. Sabemos que sem a implementação desse Estatuto não poderiam existir conselhos tutelares, mas penso ainda que nesses 19 anos muita coisa ainda precisa ser feita. Nós, que somos conselheiros, que militamos no dia a dia sabemos disso, sofremos na pele. Quando conclui o meu primeiro mandato como conselheiro e tendo visitado a região Sudoeste, muitos conselhos, me veio uma lacuna, uma angústia muito grande e então escrevi: *“Quantas vezes no silêncio me encontro. Oh, meu silêncio!. Oh, meu vazio!. Quantas vezes me perco por te encontrar, sinto a dor do meu vazio, a dor do nada. Mergulhei-me no vazio para não ser mais vazio, quando vejo o nada que sou para entender que tudo sou. Triste e infeliz angústia, te amo por me encontrar.”*

E essa angústia me moveu e move cada conselheiro que aqui está a lutar pelos direitos de crianças e adolescentes no dia a dia, mesmo não tendo apoio do prefeito, mesmo não tendo a estrutura no seu conselho para desenvolver o seu papel, mesmo

com as leis no Senado e na Câmara demorando de tramitar, e pouco enxergam ou percebem o Conselho Tutelar.

Ora vemos uma ação de um lado, outra ação isolada, percebemos um conselho que está indo bem, mas a grande maioria dos conselhos vive ainda sofrendo. Muitos conselheiros há 27 dias estavam comigo em Porto Seguro onde passamos quatro dias em capacitação, a maioria dos conselheiros estava lá com recursos do próprio bolso para se capacitarem. Passaram alguns dias e me veio um convite para aqui estar, e prontamente enviei uma convocatória e vejo, mais uma vez, que em menos de 15 dias podemos estar aqui juntos.

Essa é a força do conselheiro tutelar, homens e mulheres que assumem uma função e parece que colocam em sua pele uma coragem, uma força.

Eu queria que cada conselheiro que aqui está se levantasse agora para que a Assembleia e a Mesa pudessem aplaudir o seu trabalho (Palmas), porque você é um guerreiro. Você luta pela crianças (Palmas), você luta pelos adolescentes e, muitas vezes, está sozinho. Podem sentar meus irmãos.

Hoje, nós estamos felizes. Mas agora precisamos de que algo seja feito por esses conselheiros. Hoje eu vi, pela primeira vez, se pensar em dotação orçamentária destinada aos conselhos. Nós precisamos pensar agora em prazos, reuniões, audiências para que isso não fique só nas palavras. Estou como coordenador estadual. Peço ao nobre presidente da Mesa a oportunidade de poder falar um pouco, já que somos hoje convidados e também estamos sendo homenageados. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Pode concluir.

O Sr. WELLINGTON SOUZA:- E nós precisávamos sair daqui principalmente porque percebemos que o território da Bahia é muito vasto. Nós temos aí 417 municípios com conselheiros que sofrem. Se fôssemos permitir que eles falassem, poderiam até vir lágrimas aos olhos dos senhores. Nós precisamos sair daqui com ideias e datas para que comecemos trabalhar a construção da mudança.

Nós nos angustiamos para estar aqui mesmo sem diárias, mesmo sem evidenciar, muitas vezes, dizendo para que o conselho não vá para o encontro e nós aqui estamos. E precisamos agora pensar nisso, ou seja, quanto tempo devemos fazer cada ação e quais ações precisam ser feitas para transformar esta realidade tão sofrida e tão dolorosa.

Eu gostaria, conselheiros, agora, de abraçar todos vocês, porque hoje é um dia feliz, pois estamos na Casa de Leis e acreditamos que a justiça irá acontecer na vida e em cada Conselho do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Eu comentava aqui com o Dr. Salomão que quando as pessoas não estão familiarizadas com o Plenário, elas ouvem esse barulho e pensam que é o presidente quem está limitando o tempo. Mas esta é uma marcação automática, não é o presidente quem está limitando o tempo. A princípio, é o Cerimonial que nos orienta, e em segundo, há a parte técnica. Então, os culpados são aqueles rapazes ali. (Risos) Mas eles fazem também sob obediência.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Com a palavra o Dr. Antônio Brito,

secretário municipal do Trabalho e Assistência Social para falar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ANTÔNIO BRITO:- Bom-dia a todos. Bem, na verdade, não se preocupem, porque eu não vou ter a marcação. Vou tentar ser o mais breve possível. Eu acho que os que me antecederam foram brilhantes, todos eles. Eu acho que nós estamos numa sessão onde o sucesso inicial desta audiência aqui pelos deputados Eliedson Ferreira, Ivo de Assis, Yulo Oiticica, Álvaro Gomes, Márcio Marinho, Vavá, Dr. Nelson, enfim, todo mundo, incluindo o Dr. Salomão, Dr^a Lícia, Walmir, enfim, todos os que me antecederam neste momento, eu entendo que, ao final de sessão, quem está na responsabilidade de estar ao final, só há uma posição, ainda mais na minha posição atual, de ter um compromisso, porque, enquanto gestor municipal, eu tenho a tranquilidade, Mendonça, de ter passado por várias fases no cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Fui presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, presidi a Fundação José Silveira, que é principal parceira da Fundac na operacionalização do Casa e Cia, Casa e Feira, da antiga CAN, que era Elcy Freire e agora é Casa Salvador. Portanto, trata-se da estruturação da própria Fundac.

Estive também na estruturação visitando o Calabar, Alto das Pombas, trabalhando na prevenção, na reestruturação das escolas comunitárias, portanto da base educacional, pois nós precisamos na base das nossas crianças e adolescentes, e agora me encontro na função de gestor municipal.

Em 29 de dezembro, quando estávamos montando a equipe, Marcos, Salomão, o prefeito João Henrique me convidou no dia 29 de dezembro, portanto, no apagar das luzes, para a nova gestão, e eu lhe disse claramente que algumas prioridades tínhamos que adaptar no município de Salvador. Assim acordamos. A primeira era o tratamento da população em situação de rua, que abrange não só a criança e o adolescente, mas também adultos.

A segunda era a prioridade com a criança e o adolescente, sim, porque nessa não se trata só de traçar o estatuto, pois há tudo que já foi dito por todos aqui que nos antecederam.

Também sou parceiro de Salomão no Caminhar, que é um projeto brilhante que nós desenvolvemos durante muito tempo.

Precisamos de ação prática e prioritária, diminuindo a distância entre o que preconiza o art. 204 da Constituição e o 227, aqui já citado, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dia 13 de julho faz 19 anos.

Há a ação prática na ponta, porque isso é o que interessa, para que tratemos aqui dessa quantidade de Conselhos Tutelares que estão representando o Estado da Bahia.

O terceiro era aproximar o Terceiro Setor. Não sei fazer nada sem o Terceiro Setor. Trabalhei nele, fui presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, eleito, pela primeira vez na história em Brasília, pelo Terceiro Setor.

Quando vejo com a rede de proteção social as entidades que tratam com crianças e adolescentes, constato que só se pode trabalhar com o Terceiro Setor.

Com essas três prioridades aceitei o convite. Estamos trabalhando, e tenho estado no Ministério Público com Dr^a. Lícia, com Dr^a Maria Eugênia, Dr. Lidivaldo. E também no Ministério Público do Trabalho com Dr^a Delamare muitas vezes.

Acho que a senhora talvez nunca tenha visto um secretário tantas vezes lá. Só nos últimos cinco meses depois da posse como secretário, pelo menos no último mês fui seis vezes. Foram seis reuniões diretas com o procurador geral para tratar das prioridades e dos programas que tínhamos para lançar.

Mas isso não ficou só na retórica e na discussão, não é verdade, Dr^a Lícia? Nós vínhamos conversando ali sobre a central de medidas. Na última reunião com o subsecretário Carlos Kleber, aqui presente, estivemos lá e foi trazido o problema da Central de Medidas Socioeducativas, onde estivemos logo na sequência. Saí e fui para lá. Numa semana dobramos de três para seis, e falamos com Dr. Nelson sobre essa situação do número de salas de atendimento.

Nessa parceria do Ministério Público, da Fundação José Silveira e da Setad, atual secretaria para a questão de Salvador e a cidadania, colocamos mais seis profissionais para trabalhar, entre eles quatro assistentes sociais e um psicólogo da Central de Medidas Socioeducativas. Nós estamos tratando dessa prioridade numa semana para que, na reunião de 8 de julho, prestemos contas ao Ministério Público.

Não ficou só por aí. Tivemos os 13 Conselhos Tutelares. Eu me reuni, Mendonça, com Antônia, de quem tive a melhor impressão. Ela me falou de Porto Seguro. Logo na sequência foram cinco Conselhos Tutelares de Salvador. Infelizmente, pelos cortes que tivemos nesta capital, não deu para mandar mais. Mas tinha de estar presente, sim. Era necessário que se mandasse pelo menos para um de cada três Conselhos Tutelares. Mandamos essas pessoas exatamente para trazer experiências.

Nós trouxemos as prioridades dos três Conselhos Tutelares, sim. Estivemos preocupados em colocar - pelo menos até o último lançamento do Salvador Cidadania, um projeto para a população em situação de rua que agora envolve a criança e o adolescente com prioridade -, como no Conselho Tutelar nº 2, no Pelourinho, todo equipamento de carros para os Conselhos Tutelares.

Saio daqui com o compromisso não só com o bispo Márcio Marinho, deputado federal, mas também comigo mesmo. Há o compromisso deste secretário, sim. Levei o deputado junto com Antônia ao Ministério Público e ao prefeito João Henrique para que possamos, sim, fazer valer o PR-CAD 1.465/2007, que aumenta os valores para os conselheiros tutelares de Salvador. Assim teremos uma remuneração digna e justa para esses profissionais que estão lutando ombro a ombro com o município de Salvador na ponta. Mas não têm a pior remuneração de 840, não.

Temos que avançar. Já foi tratado com o secretário municipal da Fazenda, e este é um compromisso que trago aqui: não só o de dar estrutura aos Conselhos Tutelares, mas também tratar da remuneração, porque sem remuneração digna não conseguimos discutir o futuro das nossas crianças. É o compromisso do município de Salvador, é o compromisso deste secretário. Coloco-me sempre à disposição de eventos como este.

Parabéns ao Estatuto da Criança e do Adolescente!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Registro a presença dos Conselhos Tutelares de América Dourada e Macarani, parabenizando, mais uma vez, os conselheiros tutelares de tantos municípios da Bahia que vieram a esta Casa Legislativa

à sua própria custas, sem uma estrutura econômica para bancar a viagem.

Vocês realmente estão de parabéns ao mostrar a dedicação, o empenho, o amor por essa causa que hoje defendemos aqui.

Convido o Sr. Juiz da Primeira Vara da Infância e Juventude, Dr. Salomão Resedá, representante da presidenta do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Dr^a Sílvia Zarif.

Peço licença à Mesa para não limitar, de forma alguma, o tempo do Dr. Salomão Resedá, cuja palavra é relevante para que todos possamos sair daqui com o conhecimento de causa, as informações e o enriquecimento dos nossos conhecimentos a respeito dessa matéria tão importante que está sendo tratada nesta sessão especial.

O Sr. SALOMÃO RESEDÁ:- Eminente Presidente, condigna Mesa, Srs. Conselheiros Tutelares, senhores e senhoras, houvera dito ao Sr. Presidente da dispensabilidade do meu pronunciamento em razão dos compromissos de todos que aqui se encontram, em razão de tudo quanto já foi dito, mas, principalmente, porque, num momento como este, que já passamos da 12 horas, nada mais simpático para os nossos tímpanos do que o convite para almoçar.

Mas o Sr. Presidente insistiu, e, devido à insistência de S. Ex^a, assumo o compromisso de que obedecerei ao tempo e curvar-me-ei ao sinal sonoro desta Casa.

Por mencionar esta Casa em que vivemos uma ambiência de uma representação política, entendo que nada mais adequado ao meu pronunciamento, agora, de que não adotar aquela atitude dos senhores políticos de que tenho dito e aí encerrar a minha fala. Tenho dito, porque tudo já foi mencionado pelos que me antecederam nesta tribuna. Aqui foi dito que não se combate a violência com violência, mas, sim, com justiça social. Aqui foi mencionado que não adianta reduzir a idade da imputabilidade penal, porque este País já puniu, com o Código Criminal do Império e o Código Penal da República, jovens de até 9 anos de idades, e não se reduziu a imputabilidade penal. Aqui se disse que, diante de uma vítima das vicissitudes da vida, as cordas emocionais do seu espírito foram acionada e chegou-se até ao choro. Aqui se falou também de muito coisa da ação do Ministério Público, da precariedade dos conselheiros tutelares. Enfim, aqui tudo foi dito, tudo foi mencionado, e a acredito que a minha mais adequada atitude seria adotar essa conduta do encerramento de alguns pronunciamentos dos nossos representantes na área política e dizer “tenho dito”.

Mas, antes de dizer “tenho dito”, quero dizer, deputado Walmir Mota – permita-me tratá-lo assim –, que também chorei e acho que cabe, ao mencionar o choro, uma pergunta: quem não chorou na área dos que militam na área da infância e juventude? Como V.Ex^a, também chorei. E chorei, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, minha caríssima amiga e colega procuradora Lícia, meu queridíssimo colega Néilson, diante de uma realidade semelhante à que o nosso diretor da Fundac também mencionou.

Era um jovem de 14 anos com repetidas entradas e saídas do Juizado, encaminhado repedidas vezes para o Conselho Tutelar, e ele retornava. Um dia, pela manhã, entrava no Juizado e olhei para o plantão e pude ver aquele adolescente, que vou chamar aqui de “Tonhão”, e alguma coisa me disse: “Este, Salomão, é o seu desafio de hoje”.

Waldemar, quem não chorou ainda, como você na sua atuação no Cedeca?

Pois bem, encarei aquele desafio, chamei o corpo técnico do Juizado,

conversamos e assumimos um compromisso de investimento para que pudéssemos recuperar aquele jovem. A luta foi longa e árdua.

Para obedecer ao sinal sonoro desta Casa, vou resumir esta pequena narrativa.

Chegamos ao ponto de convidar a mãe de “Tonhão”, e numa conversa na sala de audiências da 1ª Vara, aquela senhora virou e disse: “Não adianta, juiz, porque essa desgraça não tem solução”. E eu fiz uma reflexão silenciosa comigo: “Se na sala de uma autoridade...” – não na de Salomão, mas na de um representante qualquer do Estado – “(...) essa senhora diz 'essa desgraça' se referindo ao seu filho, imagino o que ela não dissesse em casa para levar aquele jovem a buscar nas ruas o refúgio necessário que não encontrava na sua moradia”.

E acabamos fazendo um trabalho de conscientização, tanto da família quanto de “Tonhão”. Recordo-me de que esses incidentes foram próximos ao Dia das Mães. Quando eu comprava um presente para a minha mãe, lembrei-me da mãe de “Tonhão”, e com os poucos recursos das economias de um magistrado consegui comprar um pequeno perfume e me dirigi a uma baixada atrás da Justiça Federal, aqui em Salvador.

Quando toquei na porta, saiu aquela senhora e eu perguntei por “Tonhão”. E ela disse: “Juiz, eu já lhe disse que aquela desgraça não tem jeito. E, apesar do trabalho do Juizado, ele não retornou para casa”. Eu, então, tirei aquele presente e disse: “Olha, minha senhora, 'Tonhão' lhe mandou este presente. Com receio da sua reação, ele me pediu que comprasse este presente e lhe presentasse no Dia das Mães”.

Aquilo tocou a corda mais sensível do coração materno. E assim outros encontros foram se sucedendo até um dia em que, numa reunião com uma assistente social, uma psicóloga, “Tonhão”, a sua mãe e eu, o juiz da 1ª Vara, conversamos. Comecei a tratar “Tonhão” como se fosse, efetivamente, um amigo. E ele se tornou, depois de todos esses incidentes, um verdadeiro amigo meu.

Travamos um diálogo de amigos:

– “Tonhão”, você faz sexo?

– Faço.

– “Tonhão”, você usa camisinha?

– Não.

– “Tonhão”, pelo amor de Deus, a AIDS!

Esse diálogo se prolongou até o ponto em que perguntei:

– “Tonhão”, você sabe rezar?

– Sei.

– Eu não acredito.

E aí ele começou um “Pai Nosso que estás no céu...”, mas não chegou ao “perdoai as nossas ofensas” porque a emoção não lhe permitiu. Ele chorava copiosamente. Olhei para a assistente social, que estava do meu lado esquerdo, que também imitava “Tonhão” no campo da emoção. Virei para a psicóloga, e ela tinha a mesma atitude. Quando olhei para a mãe de “Tonhão”, ela também chorava, evidentemente, outra não poderia ser a conduta de uma mãe que, apesar de todos os problemas da vida, ainda nutre no íntimo do seu ser o sentimento materno pela sua cria. Nesse momento, tomei um susto e achei que saí de mim e olhei para mim e eu chorava à semelhança de “Tonhão”, da psicóloga, da mãe de “Tonhão” e da assistente social.

Um momento de sublimação ponderou naquela ambiência. Saímos dali, o tempo

passou e, numa época em que se comemorava o Carnaval fora de época na Contorno, patrocinado por uma rede de supermercados de Salvador, onde nos encontrávamos antes do início da festividade a deliberarmos sobre o posicionamento dos comissários e do serviço de fiscalização, senti alguém bater no meu ombro e chamar-me: “Salomão!”, e eu virei e, para minha surpresa, vi uma senhora grávida de 6 meses e um homem que estendia a mão para mim a me cumprimentar, um homem que era aquele menino de rua de ontem que foi encontrado nas imediações da Prefeitura Municipal de Salvador. Naquele “Tonhão”, simbolicamente me referindo aqui, eu pude virar e ver que encontrei um Antônio da Silva, um João dos Santos, um homem útil e integrado a nossa sociedade. (Palmas)

As dificuldades são muitas e não vou mencionar, porque acredito que já venci o tempo, mas parece que assessoria obedeceu à ordem presidencial de não acionar a sineta. Concluirei, porque num momento como este nada mais simpático do que aquele convite ao qual me referi.

Muito tinha para dizer, mas já foi dito. Nesta conclusão, me recorro da colocação do poeta lusitano, e aqui o bispo Márcio Marinho trouxe-me à memória, antes de falar do poeta lusitano, a citação daquele evangélico mais simpático e mais próximo a Cristo, São Mateus, que disse: “Aquele que menospreza uma criança para ele será melhor amarrar uma pedra pesada no pescoço e submergir nas profundezas do oceano.”

Queria fazer alusão ao que disse o poeta lusitano para que pelo menos as palavras dele sirvam de estímulo para que possamos continuar nessa nossa luta em prol da defesa do elo mais fraco da corrente da sociedade, as nossas crianças e adolescentes. Fernando Pessoa disse certa feita: “Tudo vale a pena quando a alma não é pequena.” E a alma dos senhores conselheiros e a alma de todos que estão aqui, tenho a mais absoluta certeza, não é pequena, e a nossa luta vale a pena.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Elidedson Ferreira):- Quero registrar a presença da Força Jovem de Itapuã, representando a Força Jovem de toda a Bahia, agradeço a presença de todas as autoridades aqui presentes, de todos os conselheiros tutelares, de todos os representantes da sociedade civil e de todos que aqui estão e, parabenizando a todos, declaro encerrada a sessão.

Muito obrigado. (Palmas)

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*